



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MPPGAV**



LUIZ DANIEL COSTA FALCÃO

**A institucionalidade da Extensão Universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos
docentes extensionistas da Universidade Federal da Paraíba**

**JOÃO PESSOA - PB
2020**

LUIZ DANIEL COSTA FALCÃO

A institucionalidade da Extensão Universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos docentes extensionistas da Universidade Federal da Paraíba

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edineide Jezine Mesquita Araújo

JOÃO PESSOA - PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F178i Falcao, Luiz Daniel Costa.

A institucionalidade da Extensão Universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos docentes extensionistas da Universidade Federal da Paraíba / Luiz Daniel Costa Falcao. - João Pessoa, 2020.

111 f.

Orientação: Edineide Jezine Mesquita Araújo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Extensão Universitária. 2. Educação Superior. 3. Institucionalização. 4. Sistema Integrado de Gestão. I. Araújo, Edineide Jezine Mesquita. II. Título.

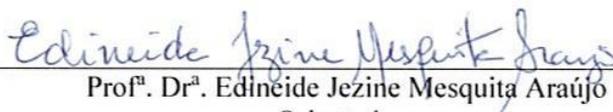
UFPB/BC

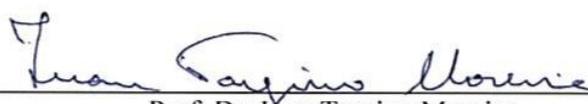
A institucionalidade da Extensão Universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos docentes extensionistas da Universidade Federal da Paraíba

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV.

Aprovada em: 20/02/2020.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Edineide Jezine Mesquita Araújo
Orientadora


Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Examinador Interno


Prof. Dr. Lincoln Eloi de Araújo
Examinador Externo

DEDICATÓRIA

A Maria Falcão, minha amada esposa e companheira.

A Rafael Falcão, minha razão de viver.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por todas as bênçãos que Ele tem me concedido até hoje.

A minha família, pelo amor incondicional e pela presença em todos os momentos.

A Professora Edineide Jezine Mesquita Araújo, pela valiosa orientação.

Aos Professores Ivan Targino Moreira e Lincoln Eloi de Araújo, por contribuírem enormemente com este trabalho.

Aos demais professores que ministraram disciplinas no Curso de Mestrado, pelo saber compartilhado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) e a Universidade Federal da Paraíba, pelo apoio institucional.

Aos que fazem parte da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), especialmente a Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC), pelo fornecimento de dados para esta pesquisa.

E por fim, mas não menos importante, agradeço aos professores e assessores de extensão que se disponibilizaram a participar do presente estudo, contribuindo para melhorar a extensão na Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO

A temática da Extensão Universitária insere-se na ideia das funções da universidade, que se sustenta sobre três pilares: o ensino, a pesquisa e a extensão, os quais devem ser equivalentes e indissociáveis entre si para que a universidade desempenhe bem o seu papel social. A extensão universitária busca integrar-se com o ensino e a pesquisa no intuito de promover a interação entre universidade e sociedade, bem como operacionalizar a relação teoria-prática na formação dos diversos profissionais. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em consonância com o cenário nacional, trabalha ao longo dos anos para a institucionalização da extensão, apreendida entre outros aspectos na sistematização, registro e análise das atividades extensionistas realizadas. O módulo de extensão do SIGAA, implantado desde 2017, é o atual sistema de registro das ações de extensão na UFPB, o qual possibilitou um significativo avanço no gerenciamento das ações, porém como é um sistema adotado recentemente, tem sido alvo de algumas queixas por parte dos usuários, o que fez emergir o seguinte questionamento da pesquisa: o SIGAA é satisfatório enquanto instrumento de registro das ações de extensão desenvolvidas na UFPB? Para responder essa questão, o objetivo da pesquisa foi avaliar a institucionalidade da extensão universitária a partir do SIGAA sob a ótica dos docentes extensionistas da UFPB. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, sob a perspectiva da pesquisa exploratória e descritiva em que se utiliza os procedimentos do estudo de caso, revisão da literatura, seguida de uma análise documental com base em dados disponibilizados pelo módulo de extensão do SIGAA referentes ao período de 2017 a 2019, e uma pesquisa de campo com a aplicação de questionário semiestruturado aos professores extensionistas e entrevistas aos assessores de extensão da instituição. No período avaliado observou-se uma evolução positiva na produção extensionista da UFPB com base nos relatórios gerados pelo módulo de extensão do SIGAA. Este módulo, por sua vez, apresentou boa aceitabilidade por parte do corpo docente da instituição, a grande maioria dos participantes da pesquisa considera a implantação do módulo um avanço para o registro das ações de extensão, entretanto, foram apresentados pontos que poderiam ser aperfeiçoados no sistema com sugestões de melhorias. O presente estudo contextualizou o processo de institucionalização da extensão universitária no Brasil e especificamente na UFPB; avaliou de maneira criteriosa e participativa a aceitabilidade do módulo de extensão do SIGAA enquanto sistema de registro das atividades extensionistas nessa IES; e convidou o leitor a refletir sobre a importância de um registro eficiente para o fortalecimento da extensão, enquanto prática acadêmica e social. Os dados encontrados poderão auxiliar a gestão na promoção de melhorias ao sistema e conseqüentemente ao registro da extensão na UFPB. Acredita-se, pois, que esta pesquisa tenha contribuído para a institucionalidade da extensão universitária a partir do registro eficiente de suas práticas.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Educação Superior. Institucionalização. Sistema Integrado de Gestão.

ABSTRACT

The theme of University Extension is part of the idea of university functions, which is based on three pillars: teaching, research and extension, which must be equivalent and inseparable from each other for the university to perform its social role well. The university extension seeks to integrate itself with teaching and research in order to promote the interaction between university and society, as well as operationalize the theory-practice relationship in the training of different professionals. The Universidade Federal da Paraíba (UFPB), in line with the national scenario, has been working over the years to institutionalize the Extension, apprehended among other aspects in the systematization, registration and analysis of the extension activities carried out. The SIGAA extension module, implemented since 2017, is the current system for registering extension actions at UFPB, which has enabled a significant advance in the management of actions, however, as it is a system recently adopted, it has been the target of some complaints by users, which led to the following question: Is SIGAA satisfactory as a tool for recording extension actions developed at UFPB? To answer this question, the aim of this study was to assess the institutionality of university extension based on SIGAA from the perspective of extensionists professors from UFPB. To this end, a qualitative approach was used, from the perspective of exploratory and descriptive research, in which case study procedures are used; literature review, followed by a document analysis based on data made available by the extension module of SIGAA for the period from 2017 to 2019, and a field survey with the application of a semi-structured questionnaire to extension teachers and interviews with extension advisors of the institution. In the evaluated period, a positive evolution was observed in the UFPB extension production based on the reports generated by the SIGAA extension module. This module, in turn, showed good acceptability by the professors, the vast majority of the research participants considered the module implementation a great advance for registration of extension actions, however, they presented points where the system could be improved, along with suggestions for improvements. The present study carried out a historical contextualization of extension in Brazil and at UFPB; judiciously and participatively assessed the acceptability of the SIGAA extension module as a system for recording extension activities in this HEI; and invited the reader to reflect about the importance of an efficient registration for strengthening extension as academic and social practice. The data found may help the management sector to improve the system and thus the extension registration at UFPB. It is believed, therefore, that this research has contributed to the institutionalization of university extension based on the efficient registration of its practices.

Keywords: University Extension. College education. Institutionalization. Integrated Management System.

LISTA DE ABREVIATURAS

BANDEX – Banco de Dados de Extensão

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

CBiotec – Centro de Biotecnologia

CCM – Centro de Ciências Médicas

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CERESAT – Centro de Referência da Saúde do Trabalhador

COEP – Coordenação de Educação Popular

COEX – Coordenação de Extensão Cultural

CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

COPAC – Coordenação de Programas de Ação Comunitária

CPC – Centro Popular de Cultura

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Universitária

FLUEX – Fluxo Contínuo da Extensão

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

GT – Grupo de Trabalho

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NAC – Núcleo de Arte Contemporânea

NARF – Núcleo de Artesanato Feminino

NESC – Núcleo de Saúde Coletiva

NEUD – Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres

NIETI – Núcleo Integrado de Pesquisa da Terceira Idade

NUDOC – Núcleo de Documentação Cinematográfica

NUPLAR – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular

NUPPO – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular

NTU – Núcleo de Teatro Universitário

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PET – Programa de Educação Tutorial

PNE – Plano Nacional de Educação

PRAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

PROBEX – Programa de Bolsas de Extensão

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

PROEXTE - Programa de Fomento à Extensão Universitária

RENEX – Rede Nacional de Extensão

SEC – Serviço de Extensão Cultural

SECADI – Secretaria de Educação Continuanda, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SESU – Secretaria de Educação Superior

SIEX – Sistema de Dados e Informação em Extensão

SIG – Sistemas Integrados de Gestão

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas

SIGPROJ – Sistema de Informação e Gestão de Projetos

SIGRH - Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SIPAC - Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos

STI – Superintendência de Tecnologia da Informação

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNISOL – Projeto Universidade Solidária

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão com as respectivas coordenações e atribuições.....	45
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	34
Quadro 02:	Relação dos Núcleos de Extensão vinculados à PROEX/UEPB.....	46
Quadro 03:	Tipos de ações de extensão realizadas na UEPB.....	46
Quadro 04:	Centros que compõem a Universidade Federal da Paraíba.....	55
Quadro 05:	Categoria das respostas e valores correspondentes da Escala de Likert.....	61
Quadro 06:	Resumo das sugestões de melhorias para o módulo de extensão do SIGAA propostas pelos professores e assessores de extensão.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Total de ações de extensão por modalidade submetidas à PROEX/UFPB no período de 2017 a 2019.....	63
Tabela 02:	Produção extensionista da UFPB nos anos de 2017 a 2019.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01:	Total de docentes por Centro Acadêmico da Universidade Federal da Paraíba participantes em atividades de extensão.....	66
Gráfico 02:	Centro de origem dos participantes da pesquisa que aceitaram responder ao questionário.....	68
Gráfico 03:	Finalidades do registro das ações de extensão universitária sob a perspectiva do corpo docente da UFPB.....	69
Gráfico 04:	Atividades extensionistas executadas no período de 2017 a 2019.....	70
Gráfico 05:	Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “O módulo de Extensão do SIGAA atende às expectativas enquanto sistema de registro de dados da extensão na UFPB”..	71
Gráfico 06:	Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “As etapas de submissão de uma proposta de ação no Módulo de Extensão do SIGAA são de preenchimento simples e intuitivo”.....	73
Gráfico 07:	Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “A avaliação das propostas submetidas ao Edital PROBEX no Módulo Extensão do SIGAA é de fácil execução”.....	74
Gráfico 08:	Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “A avaliação das propostas submetidas ao Edital PROBEX no Módulo Extensão do SIGAA ocorre de maneira imparcial, sendo garantido o anonimato do proponente”.....	74
Gráfico 09:	Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “A abertura de inscrições em cursos e eventos no Módulo Extensão do SIGAA é de fácil execução”.....	75
Gráfico 10:	Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “O gerenciamento de participantes em cursos e eventos no Módulo Extensão do SIGAA é de fácil execução”.....	76
Gráfico 11:	Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “O preenchimento e a submissão dos relatórios parciais e finais no Módulo Extensão do SIGAA ocorre de modo descomplicado”.....	76
Gráfico 12:	Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “A emissão de declarações e certificações pelo Módulo Extensão do SIGAA é simples”.....	77
Gráfico 13:	Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “O Módulo Extensão do SIGAA apresenta problemas quanto ao registro das ações de extensão”.....	78
Gráfico 14:	Percentual de professores que realizaram comentários referentes às diversas funcionalidades do módulo de extensão do SIGAA.....	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I.....	19
1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL.....	19
1.1. Influências da extensão universitária brasileira	19
1.2. O surgimento do ensino superior e as primeiras ações extensionistas no Brasil.....	21
1.3. A extensão universitária durante a ditadura militar	25
1.4. A extensão universitária após a abertura política	28
1.5. Política Nacional de Extensão no contexto atual.....	32
CAPÍTULO II.....	37
2. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB	37
2.1. Trajetória da extensão na UFPB em busca da sua institucionalização	37
2.2. O exercício da extensão na UFPB	45
2.3. Registro de dados para a extensão	49
2.3.1. Sistemas integrados de gestão (SIG)	52
CAPÍTULO III	56
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	56
3.1. <i>Locus</i> da Pesquisa	56
3.2. Sujeitos do estudo	57
3.4. Caracterização da pesquisa	58
3.5. Métodos de procedimentos	60
3.6. Instrumento de coleta e análise dos dados	61
CAPÍTULO IV	63
4.1. PANORAMA GERAL DA EXTENSÃO NA UFPB	63
4.1.1. Ações de extensão registradas no SIGAA	63
4.1.2. Número de bolsas.....	64
4.1.3. Participação discente.....	65
4.1.4. Público atingido	66
4.1.5. Participação docente	66
4.2. PERSPECTIVA DOCENTE SOBRE O MÓDULO DE EXTENSÃO DO SIGGA	68
4.2.1. Análise do questionário utilizando a escala de Likert	78
4.3. PONTOS NEGATIVOS DO MÓDULO DE EXTENSÃO DO SIGAA COM PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS.....	79
4.3.1. Perfil de assessor no módulo de extensão do SIGAA	81

4.3.2. Submissão e gerenciamento das ações.....	82
4.3.3. Avaliação das propostas.....	87
4.3.4. Inscrições e gerenciamento de participantes em cursos e eventos.....	87
4.3.5. Tutoriais e capacitação.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A	103
APÊNDICE B.....	107
APÊNDICE C.....	108
ANEXO 1	110

INTRODUÇÃO

A Universidade sustenta-se sobre três pilares indissociáveis: o ensino, a pesquisa e a extensão. A extensão foi a mais nova atividade a surgir nas universidades e seu processo de institucionalização no Brasil iniciou-se no século XX e ganhou mais força após a década de 80 com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).

O FORPROEX atua até os dias de hoje com a missão de promover discussões e medidas para a valorização da extensão universitária no país enquanto processo educativo, articulador entre ensino e pesquisa, e interdisciplinar, sendo a expressão mais evidente da função social da universidade. Dentre as recomendações do Fórum está o registro das ações de extensão, como forma de contribuir para o gerenciamento de suas atividades e conseqüentemente a sua institucionalização.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em consonância com o cenário nacional, buscou registrar as ações de extensão a partir da década de 90, para isso utilizou alguns sistemas como o BANDEX (Banco de Dados de Extensão), o SIGPROJ (Sistema de Informação e Gestão de Projetos) e, atualmente o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas). A presente pesquisa tem como foco a institucionalidade da extensão universitária na UFPB a partir dos registros das ações de extensão no SIGAA.

O interesse pelo tema surge a partir da minha experiência enquanto servidor da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), mais especificamente da Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC), setor que coordena as atividades de extensão na UFPB. Eu iniciei no cargo no ano de 2017, a minha chegada no setor coincidiu com o período de implantação do módulo de extensão do SIGAA e desde então, acompanho o processo de adaptação no uso dessa ferramenta, desde a submissão das propostas, passando pela avaliação até o envio dos relatórios finais para posterior certificação. Ao longo desses três anos trabalhando na COPAC, participo da rotina diária no uso do SIGAA e recebo muitas reclamações dos usuários, em sua grande maioria professores, sobre algumas funções do referido sistema, e enquanto usuário também percebo algumas limitações passíveis de melhoras.

Diante do exposto e considerando que desde sua implementação não houve nenhuma consulta à comunidade acadêmica sobre o módulo de extensão do SIGAA, surgem os seguintes questionamentos: Sob a perspectiva docente, o SIGAA é satisfatório enquanto instrumento de registro das ações de extensão desenvolvidas na UFPB? Os professores consideram as funções

do módulo de extensão do SIGAA eficientes para o registro, acompanhamento e avaliação da extensão? O que se pode propor para melhorar o módulo de extensão do SIGAA de modo a contribuir para a institucionalidade da extensão universitária na UFPB?

A fim de responder as questões acima apresentadas, o objetivo desse estudo é avaliar a institucionalidade da extensão universitária a partir do SIGAA sob a perspectiva dos docentes extensionistas da UFPB. Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1. Contextualizar historicamente a extensão universitária no Brasil e na UFPB; 2. Analisar a produção extensionista da UFPB após implantação do módulo de extensão do SIGAA; 3. Avaliar as opiniões e a aceitabilidade dos professores extensionistas e assessores de extensão sobre o módulo; 4. Identificar quais fatores podem contribuir, do ponto de vista docente, para aperfeiçoar o sistema, a fim de propor melhorias junto à PROEX-UFPB.

Com base no que foi realizado foi possível traçar um panorama geral sobre a extensão universitária da UFPB entre os anos 2017 e 2019, como também analisar de maneira criteriosa e participativa os avanços e as limitações existentes no módulo de extensão do SIGAA. Colocou-se em discussão a aceitabilidade do referido sistema enquanto ferramenta de registro e em uma análise mais ampla, a sua contribuição para a institucionalidade da extensão na UFPB. Em posse dos dados, foram listadas sugestões de melhorias no sistema que serão propostas à PROEX a fim de ampliar a adesão e aceitação da comunidade universitária e facilitar o preenchimento e o gerenciamento das ações.

O manuscrito apresenta sua estrutura organizada em quatro capítulos, no Capítulo I é apresentado o contexto histórico da extensão universitária no Brasil com foco na sua institucionalização; na sequência são elencadas as diretrizes e normativas que regem a extensão nos dias de hoje. No Capítulo II é abordada a extensão universitária na UFPB, o papel da PROEX e os mecanismos de registro de dados adotados pela instituição ao longo dos anos como forma de contribuir para a institucionalidade da extensão nessa IES.

No Capítulo III são expostos os aspectos metodológicos da pesquisa e no Capítulo IV são publicados os números registrados pelo SIGAA a fim de mostrar a evolução da atividade extensionista na UFPB durante o período avaliado. Em seguida é apresentada a análise sobre a aceitabilidade do módulo de extensão do SIGAA pelos sujeitos da pesquisa, com a proposição de melhorias ao sistema de modo a contribuir para a gestão das ações e por conseguinte a institucionalização da extensão na UFPB.

CAPÍTULO I

1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Nesse capítulo será abordado o processo de institucionalização da extensão universitária no Brasil. Serão apresentados os modelos internacionais que influenciaram a extensão e como esta vem sendo incorporada à universidade brasileira ao longo dos anos, destacando importantes fatos históricos que influenciaram a concepção e prática da extensão.

Entender a institucionalização da extensão universitária no Brasil não é uma tarefa fácil, uma vez que não se trata de um processo linear, mas sim um caminho com idas e vindas atrelado ao contexto histórico no qual o país se encontra, aos diferentes modelos de extensão adotados pelas universidades e às diferentes conceituações atribuídas à extensão ao longo do tempo, estas sofreram forte influência internacional, como é demonstrado a seguir.

1.1. Influências da extensão universitária brasileira

Dois modelos internacionais influenciaram a extensão universitária no Brasil, o modelo europeu adotado pelas Universidades Populares da Europa, focado na disseminação do conhecimento; e o modelo norte-americano de prestação de serviços. O movimento de Córdoba, ocorrido no início do século XX, na Argentina, também influenciou significativamente a extensão no Brasil com o aumento da participação estudantil.

A Europa foi palco dos primeiros fatos caracterizados como extensão universitária no mundo, esses datam da segunda metade do século XIX e eram vinculados à ideia de educação de adultos voltada para a realidade na qual estavam inseridos (PAIVA, 1985). A Inglaterra foi pioneira na promoção dessas atividades, quando se criou, na Universidade de Cambridge, o primeiro programa formal de “cursos de extensão”. Conforme relatos de Rocha (1986), Fagundes (1985) e Botomé (1992), esses cursos eram levados pelos docentes das “universidades populares” às diferentes regiões do país com o objetivo de disseminar conhecimentos técnicos, havendo cursos de Literatura, Ciências Físicas, Economia Política, História, entre outros (MIRRA, 2009).

Segundo Melo Neto (2002), desenvolvia-se nas universidades britânicas a necessidade de se contribuir para disseminação do conhecimento aos setores populares, surgiram assim

elementos que mais tarde embasariam a concepção do que se chamaria de extensão. Para o autor:

[...] ora, como seria possível fazer chegar até à população o conhecimento sistemático da universidade? Isso seria possível através da extensão da universidade até aqueles setores sociais. (MELO NETO, 2002)

As experiências britânicas de extensão disseminaram-se para outros países europeus como Bélgica Alemanha, França e Itália, chegando também nos Estados Unidos, onde foi criada a *American Society of the Extension of University Teaching* que impulsionou as atividades de extensão, primeiramente na Universidade de Chicago, em 1892. Esta e outras universidades do país realizavam atividades no setor agrícola com o intuito de impulsionar o desenvolvimento pela transferência de tecnologia e aproximação com o setor empresarial e liberal. Nesse momento se distanciava da prática assistencialista europeia e se caracterizava como prestação de serviços. Uma outra diferença entre as ações das universidades populares da Europa e as norte-americanas, era que nestas, em geral, as ações resultaram da iniciativa oficial, enquanto que naquelas surgiram de esforços coletivos de grupos autônomos em relação ao Estado (PAULA, 2013).

Apesar dessas diferenças, segundo Furtado (1992), tanto no modelo europeu como norte-americano a extensão universitária ocorria em países que buscavam e conseguiam realizar a inserção qualificada de indivíduos em processos produtivos cada vez mais tecnologicamente avançados.

Já na América Latina, a extensão universitária esteve voltada, inicialmente, para os movimentos sociais. Estes foram polarizados em duas grandes revoluções no Século XX, a revolução mexicana de 1910 e a cubana de 1959, que impulsionaram um grande número de reivindicações e lutas sociais com diversos interesses. Esses movimentos resultaram no crescimento cultural dos países e na valorização jurídica de direitos sociais, como na Constituição Mexicana de 1917, primeiro texto constitucional do mundo a mencionar os direitos sociais (PAULA, 2013).

Na Argentina, o Movimento de Córdoba de 1918 possibilitou, pela primeira vez o levantamento de uma ampla discussão sobre a relação entre universidade e sociedade, e a proposição de ações de extensão que possibilitassem a divulgação da cultura para classes populares. Nesse movimento, estudantes argentinos ocuparam a Universidade de Córdoba e depunham o reitor conservador recentemente eleito, eles exigiam uma reforma na educação por uma universidade democrática e autônoma (GURGEL, 1986). Entre as reivindicações destaca-

se a extensão da universidade para além dos seus limites e sua abertura à população, assistência social aos estudantes, entre outras (FREITAS NETO, 2011).

Esse acontecimento abalou as estruturas das universidades em toda América Latina e permeou também o movimento estudantil no Brasil no final da década de 30 com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), influenciando a extensão a partir de uma ação sobretudo estudantil. Mas para entender o surgimento da extensão no Brasil, precisamos voltar um pouco na história, para a época do surgimento do ensino superior no país e as primeiras universidades.

1.2. O surgimento do ensino superior e as primeiras ações extensionistas no Brasil

O ensino superior começou no Brasil em meados do século XVI, mais precisamente em 1549, com a chegada dos padres jesuítas e a implantação dos seus cursos de teologia (CUNHA, 2007). Não havia pesquisa ou extensão naquela época, apenas o ensino concomitante à busca de vocações religiosas, principal missão da chamada Companhia de Jesus¹.

Com a chegada da Família Real no Brasil em 1808, foram criados cursos para formar burocratas e profissionais liberais. Criou-se o curso de medicina, a Academia Real Militar e o curso de química em mineralogia e geologia para atender aos interesses da época, como o bem-estar físico e a segurança da Família Real, bem como a ampliação dos conhecimentos sobre o ouro e metais preciosos no Brasil (CUNHA, 2007).

Em 1874 houve a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1875. Nesse período, a formação de mão de obra para atuar na sociedade era a única relação entre as instituições de ensino superior (IES) e a sociedade. Não havia o que chamamos de extensão universitária, entretanto já se podia observar atuações esporádicas e regionais de estudantes que questionavam os problemas sociais, como por exemplo, a defesa da abolição dos escravos e da república (SOUSA, 2000a).

Para Santos Filho (1993), já em 1827, com a criação dos cursos de direito em São Paulo e Olinda, era possível identificar as primeiras ações extensionistas, caracterizadas pelo papel crítico e questionador da realidade política e social, onde os bacharéis questionavam a organização jurídica da monarquia. Para o autor, nessas faculdades havia maior sensibilidade às novas ideias políticas e filosóficas e a atividade extensionista estava acoplada à essência do curso. Santos Filho (1993) afirma que nesse período a extensão era o espaço no qual a sociedade

¹ A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados por Inácio de Loyola, seus membros são conhecidos como jesuítas. A Congregação foi reconhecida por bula papal em 1540 e é conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional.

civil debatia seus interesses políticos, atuando na direção oposta aos interesses do Estado Monárquico.

Embora reconhecida em algumas atividades acadêmicas da época, a extensão não recebia esta denominação, e não havia preocupação por parte das instituições em conceituá-la, portanto não podemos falar em institucionalização da extensão nesse período. Foi na república² que surgiram as primeiras instituições com a nomenclatura de universidades, e com elas as primeiras iniciativas de executar atividades diferentes do ensino e da pesquisa.

Nesse contexto, a Universidade Popular Livre de São Paulo foi a primeira instituição de ensino a desenvolver atividades de extensão universitária no Brasil de 1911 a 1917, e seguia o modelo europeu de universidade popular, que tinha como principal característica a realização de cursos e conferências gratuitos e abertos à população. Eram oferecidos cursos de belas artes, comércio, farmácia, medicina e cirurgia, odontologia, engenharia e direito (MIGUENS Jr; CELESTE, 2014; GURGEL, 1986).

Em 1926, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, que importou o modelo norte americano dos *Land Grant College*, modelo de extensão cooperativa ou rural que consistia em programas de assistência técnica aos agricultores, programas de economia doméstica e de organização da juventude. Essas ações eram as que mais caracterizaram a extensão brasileira da época (SOUSA, 2000b).

Apesar dessas ações, não havia até então registro oficial da existência da extensão. Apenas em 1931, com a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, o decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, da Constituição Federal Brasileira, faz referência à extensão como componente legal dos objetivos do ensino superior, sendo legitimado o seu caráter de cursos, conferências e prestação de serviços conforme os modelos copiados (SOUSA, 2000b).

Para Sousa (1995), a extensão tornou-se um objetivo legal do ensino, porém não houve preocupação por parte das IES em formular um caminho próprio para as ações extensionistas, essas servindo explicitamente aos interesses governamentais, sem a discussão das necessidades da época dentro de própria instituição. Desse modo, o Brasil apenas copiou os modelos europeus e norte americano. Nos Estado Unidos, por exemplo, a universidade recebia uma porção de terra e o desafio de cultivá-la, já no Brasil, a universidade dava apenas assistência aos donos das terras sem qualquer responsabilidade institucional, o envolvimento das IES ainda era sutil e pontual.

² Brasil República é o período da história do Brasil que teve início com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e vigora até os dias atuais.

Apesar disso, na década de 30, houve dois acontecimentos que mais tarde influenciaram significativamente a extensão universitária, que foi a criação do Ministério da Educação (MEC) e a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), influenciada pelo Movimento de Córdoba.

Para Melo Neto (2001), esse movimento estudantil defendia a relação entre universidade e sociedade pela divulgação da cultura e “demonstrou a necessidade da participação das classes subalternas na nação, através da extensão”. O autor registrou a influência do movimento na Universidade Popular de São Paulo e Universidade Popular da Paraíba, nas quais ocorreram experiências de socialização do saber e cultura. Com isso, a extensão no Brasil passou a ser vista também nas atividades do movimento estudantil, que atuava junto aos movimentos sociais com ações político-ideológicas focadas na discussão dos problemas do país, sem avanços no seu processo de institucionalização. Entretanto, essa não era a concepção de extensão que predominava, permanecia no país as concepções assistencialistas e de prestação de serviço conforme modelos da Europa e Estados Unidos (KOCHHANN, 2017).

Em 1961 foi realizado o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, organizado pela UNE e realizado em Salvador, cuja discussão gerou uma declaração que propunha uma universidade comprometida com as necessidades populares e destacava o papel da extensão universitária com a criação de cursos acessíveis e prestação de serviços a órgãos não governamentais (BOTOMÉ, 1996). No mesmo ano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforça o caráter unilateral da extensão como uma forma de difusão do conhecimento pelos estabelecimentos de ensino superior (CABRAL, 2012).

No início da década de 60 destaca-se também algumas ações que propiciaram grandes mudanças na concepção da extensão bem como na perspectiva sobre o papel da universidade na sociedade brasileira, destaca-se a crescente interação do movimento estudantil com a sociedade e a expansão das experiências pedagógicas de Paulo Freire ³na educação de adultos. Essas experiências configuraram um grande instrumento de conscientização política e social e agregaram várias instituições como Governos Municipais e Estaduais, o Governo Federal, a Igreja Católica, a UNE e a própria Universidade (SOUSA, 1995).

Segundo Paula (2013), foi na Universidade de Recife, por meio da extensão universitária dirigida por Paulo Freire, que se manifestou claramente a integração da Universidade com os problemas sociais, ampliando as ações do movimento estudantil. Para o autor:

³ Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) foi um educador e filósofo brasileiro considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial e é o Patrono da Educação Brasileira.

De fato, é com Paulo Freire que a universidade descobre e desenvolve instrumentos que a aproximam dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização, quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares. (PAULA, 2013)

Freire criticava o conceito de extensão com implicações unilaterais e invasivas característico dos modelos até então adotados no país, ele defendia uma prática dialógica, educativa e comunicacional.

As ações de Paulo Freire tomaram uma dimensão especial com a criação do Serviço de Extensão Cultural (SEC) e do Centro Popular de Cultura (CPC). Segundo Cabral (2012), as ações do SEC criadas por Paulo Freire, em 1962, na Universidade de Pernambuco podem ser consideradas como a “primeira iniciativa extensionista brasileira institucionalizada na universidade” e que não surge no âmbito das ações de órgãos do governo. Elas incluíam professores, técnicos e estudantes da universidade engajados no Movimento de Cultura Popular, uma iniciativa da Prefeitura de Recife para estimular a educação cultural.

Apesar de durar apenas dois anos, o SEC difundiu o método de educação para adultos de Paulo Freire para diversos estados e países da América Latina, tornando-se uma importante referência de renovação para a extensão universitária, fundamentada na relação dialógica com o outro, como um processo pedagógico em busca da autonomia (CABRAL, 2012).

Essa perspectiva dialógica da extensão diferencia-se dos modelos extensionistas aplicados no Brasil de cursos e prestação de serviços e nesse momento a universidade começa a se aproximar da extensão em direção a sua institucionalização, mesmo que de forma branda.

Paralelamente, em 1962 foi criado o CPC pela UNE, que ganha forças ao se instalar em sindicatos e universidades, defendendo uma universidade mais voltada para “a defesa dos direitos dos trabalhadores e do saber popular”. Inspirados nas experiências do SEC e no modelo de universidade popular, os estudantes lutam por uma “universidade mais democrática e integrada à sociedade”, em que a extensão tem um papel fundamental como educação popular. O CPC contou com a participação de artistas e intelectuais que promoveram ampla produção e difusão cultural na época.

Outra experiência desse período a ser destacada foi a Universidade Volante, criada pela Universidade Federal do Paraná, que funcionava como uma parceria entre o Governo Federal e a direção da universidade com o intuito de difundir a cultura. Como dito por Cabral (2012), essa não era uma proposta desenvolvida no âmbito da participação dos estudantes ou professores, mas sim da própria universidade.

Até agora, observou-se os primeiros mecanismos legais para institucionalizar a extensão, com o Estatuto de 1931 e a LDB de 1961. Contudo, mesmo sendo uma função da universidade, a prática extensionista, no geral, não tinha como principal promotor as IES, e sim o seu corpo discente, por meio dos movimentos estudantis, e as ações sociais relacionadas à Paulo Freire. A institucionalização da extensão ainda era uma demanda a ser atendida.

Embora não avançasse em sua institucionalidade, as ações de Paulo Freire e do movimento estudantil incitaram mudanças importantes na identidade da extensão, essa deixava de ser uma via de mão única, onde a universidade tinha o dever de difundir o conhecimento “útil” à comunidade numa relação unilateral e antidialógica (VIERO; TAUCHEN, 2012) e passava a admitir um caráter de via de mão dupla, onde instituição de ensino e comunidade ganhavam por meio da troca de conhecimento, os quais envolviam as necessidades reais da sociedade e da universidade. Em 1964, com o golpe militar⁴, ocorreram algumas mudanças na construção desse processo, como descrito a seguir.

1.3. A extensão universitária durante a ditadura militar

A instauração da ditadura militar interrompeu o caminho que vinha sendo traçado pela extensão universitária. O SEC e o CPC foram fechados sob o argumento de serem perigosos ao país e envolverem comunistas e subversivos (GURGEL, 1986). A UNE ficou abscondita e os estudantes foram dispersos. O Estado assumiu a direção das atividades extensionistas usando os alunos como mão-de-obra para a prestação de serviços. Nesse período, as IES estavam presentes, mas atuando sob o controle estatal e conforme os preceitos da nova ordem política.

Na perspectiva de Cabral (2012), ao mesmo tempo que as ações foram reprimidas em suas especificidades mais críticas e libertárias, elas passam a ser absorvidas pelo discurso oficial e reestruturadas no contexto do programa desenvolvimentista do governo. A intervenção do governo tem a intenção de silenciar as ideias contrárias ao projeto nacional e de manter a ordem a partir da participação dos estudantes em atividades estritamente assistencialistas (GURGEL, 1986; SOUSA, 2000b). Segundo Paula (2013), nesse período confirmaram-se as velhas práticas e estruturas sancionadoras de privilégios e sonegadas de direitos sociais básicos para amplas camadas da população (PAULA, 2013).

⁴ O Golpe Civil-Militar de 1964 foi a articulação que entre 31 de março e 9 de abril de 1964, realizou a tomada de poder e deu início à Ditadura Militar, regime que se estendeu no Brasil de 1964 até 1985 e foi caracterizado por censura, sequestros e execuções cometidas por agentes do governo brasileiro. Durante o golpe, o presidente então empossado, João Goulart, foi destituído de seu cargo.

Como uma resposta das IES frente à política educacional do país, em 1966, foi criado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), cujo propósito era implantar reformas nas universidades por meio das quais as instituições deveriam estar desvinculadas do controle do Estado, adquirindo autonomia. A extensão não foi a causa principal da formação do CRUB, mas sofreu interferência direta por meio das reformas propostas pelo Conselho.

Segundo Fagundes (1985), a prestação de serviços pela extensão universitária nesse período, apresentavam diversas modalidades:

Transmissão do saber elaborado na universidade à comunidade; aplicação da pesquisa enquanto forma potencial de extensão; atualização dos egressos, enquanto prolongamento da escolaridade; interiorização de universitário através dos *Campi*, CRUTAC e projeto Rondon; cursos de aperfeiçoamento, de treinamento profissional e de divulgação cultural; produção de tecnologia para as empresas públicas e privadas; publicações, consultorias e convênios. (FAGUNDES, 1985)

Estas atividades deveriam contribuir para a formação do aluno universitário promover o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade, possibilitar a aquisição do conhecimento das reais demandas da sociedade, captar recursos, valorizar a cultura popular e recuperar a admiração social pela Universidade.

O Projeto Rondon foi criado pelo Decreto n.º 62.927, de 28 de junho de 1968, que estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) denominado de “Grupo de Trabalho Projeto Rondon”, subordinado ao Ministério do Interior. Posteriormente, em 1970, esse GT foi transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta pelo Decreto n.º 67.505, de 6 de novembro de 1970, e em 1975, pela Lei N.º 6.310 de 15 de dezembro, foi instituída a Fundação Projeto Rondon.

O Projeto Rondon caracterizava a forma ideal de extensão universitária daquele momento, que era a prestação de serviços. Dentre os seus objetivos podemos citar a formação do jovem universitário como cidadão e o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes. Os estudantes eram convidados a ficarem a serviço do Estado no seu projeto de integração e segurança nacional e a Universidade era parceira no processo de desenvolvimento que se pretendia instaurar no país.

Para Sousa (1995), o Projeto Rondon tinha como instrumento enviar alunos, que participavam voluntariamente, para áreas distantes do país durante o período de férias, visando a retirada dos estudantes dos centros urbanos e dispersar ainda mais o enfraquecido movimento estudantil, que lutava na clandestinidade.

Apesar do Projeto Rondon não ter sido concebido dentro da Universidade, e portanto, não sendo considerado uma prática de Extensão Universitária propriamente dita, ele foi um

mecanismo de apoio à extensão universitária, uma vez que tendo as Universidades como parceiras, possibilitou a essas IES o exercício das ações extensionistas de prestação de serviços (GURGEL, 1986).

Em 1969 essa parceria entre as Universidades e o Projeto Rondon resultou na criação dos *Campi* Avançados. Tratava-se de um programa de ação criado pelo projeto Rondon, mas gerenciado pelas Universidades, visando a interiorização das mesmas, caracterizada pela presença permanente do corpo docente e discente trabalhando para o desenvolvimento daquela região. Esse processo de interiorização por si só era definido como extensão universitária.

O Projeto Rondon financiava os *Campi* Avançados e traçava as estratégias de ação a serem executadas pelas universidades, possibilitando às IES a execução das ações de extensão ao mesmo tempo que garantia a manutenção dos planos governamentais da época, como afirmou Fagundes (1985). Nesse contexto, ao integrar-se com o Projeto Rondon, a Universidade assumia o papel de disseminador e reforçador da nova ordem política (SOUSA, 1995).

Nessa mesma época surgia, por iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Universitária, o CRUTAC. Este contava com o apoio técnico e financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e seu principal objetivo era treinar estudantes e prestar assistência às comunidades rurais, consistiu para Lopes (1972) na interiorização da Universidade. O CRUTAC foi institucionalizado pela UFRN em 1965 e a partir de então se desenvolveu em todo o país, sofrendo influência direta das IES, estas agora envolvidas tanto na elaboração das estratégias quanto na sua execução, embora ainda sob influência do Estado (LOPES, 1972; SOUSA, 1995).

A diferença entre os *Campi* Avançados e o CRUTAC, era que o primeiro tinha atuação em regiões estratégicas fora do estado onde a Universidade estava localizada e contava com o suporte do Projeto Rondon, e o segundo eram ações da Universidade em sua área de origem e contava com recursos das próprias IES e das prefeituras.

Nesse período, a extensão ainda seguia as diretrizes do Estado e se encontrava conforme os modelos internacionais, caracterizando-se pela prestação de serviços à comunidade carente, principalmente pelo CRUTAC.

Cabral (2012) coloca que, apesar do forte controle policial e da censura, a política de repressão adotada nesse período não conseguiu apagar a experiência deixada por professores e estudantes que participaram da “perspectiva crítica e libertadora de extensão universitária” no período anterior à ditadura militar, que vai ser reinventada ao longo da década de 1980, com o processo de democratização e reabertura vivido pelo país.

1.4. A extensão universitária após a abertura política

Na década de 1980 novos eventos contribuíram para uma maior integração da extensão às atividades pedagógicas da universidade e também para um maior compromisso da universidade com sua função social.

Com a eleição de dirigentes universitários pelo voto direto, pessoas comprometidas em aproximar a universidade das necessidades da população favoreceram o surgimento de novas iniciativas de extensão, articulando-a com o ensino e a pesquisa no intuito de atender principalmente aos anseios da sociedade e contribuir para sua transformação (REIS, 1992).

A discussão sobre o compromisso social das Universidades era contínua nessa década, isso favoreceu a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em 1987, com a participação de algumas Universidades, a saber: Universidade de Juiz de Fora, Universidade de Brasília, Universidade do Paraná e Universidade Federal de Minas Gerais. A partir das discussões entre os pró-reitores dessas instituições surgiu a ideia de se criar o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), o que possibilitou a discussão de uma nova concepção e dimensão da extensão a nível nacional.

Essas iniciativas tratavam-se de um movimento docente, que tinha como bandeira a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão bem como a responsabilidade social da universidade.

Nesse contexto, o FORPROEX, em seu 1º Encontro, definiu Extensão como:

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (...) Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1990)

A proposta do Fórum quando da sua criação era operacionalizar a extensão por meio da socialização do que se produz no ensino e na pesquisa, colocando-a entre os espaços já conquistados por essas duas funções mais consolidadas nas universidades.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 veio para reafirmar o “princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Art. 207), vinculando-o à autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades. Para Cabral (2012), o documento torna-se importante para a extensão por fortalecer o processo de abertura e redemocratização das universidades.

Ainda para a autora, no final da década de 80 “a extensão passa, pela primeira vez nas universidades brasileiras, de mero apêndice e discurso retórico para uma prática articulada ao ensino e à pesquisa, contribuindo para a indissociabilidade entre os três”. A autora enfatiza que é nessa relação com o ensino e com a pesquisa que a extensão se diferencia da concepção assistencialista e busca a autonomia política da comunidade em que atua, sendo um instrumento pedagógico importante no fortalecimento da interação entre universidade e sociedade.

A extensão universitária vai ganhando espaço na vida acadêmica, contudo os desafios a serem enfrentados para garantir o seu processo de institucionalização tornam-se cada vez mais evidentes. A dificuldade na sua conceituação, ausência de financiamento, falta de uniformidade na representatividade e no lugar que a extensão ocupava dentro das universidades eram problemas visíveis que contribuíam para a desvalorização da sua prática e sua institucionalização.

Diante disso, o FORPROEX, articulado com o MEC, começou a promover encontros periódicos a fim de discutir e buscar soluções para os diversos problemas, sendo o primeiro deles conceituar a Extensão. Houve um avanço na construção conceitual da extensão durante os primeiros cinco encontros do Fórum, a discussão avançava no entendimento da extensão como uma expressão da função social da Universidade, uma estratégia para a interdisciplinaridade e um mecanismo que a Universidade deve utilizar para tornar o conhecimento acessível a todos (FORPROEX, 1990).

Durante o sexto encontro, em 1992, discutiu-se sobre universidade e a cultura, enfatizou-se a função da universidade em relação às artes de preservar, pesquisar e inventar, a extensão deveria instrumentalizar essas funções. No sétimo encontro, em 1993, como os aspectos conceituais da Extensão estavam relativamente consolidados, discutiu-se os principais problemas da sua institucionalização (FORPROEX, 1994a). Nesse Encontro, entrou em pauta o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), primeiro programa de financiamento elaborado pela Comissão de Extensão Universitária, que estabelece as diretrizes de financiamento da extensão pelo MEC.

Como tudo que envolve financiamento deve apresentar critérios para distribuição de recursos bem como respostas adequadas aos recursos aplicados, foi sugerido que a extensão fosse avaliada sistematicamente, condição essencial para assegurar a qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, o MEC e o FORPROEX, em 1993, trabalharam juntos para elaborar o perfil de Extensão Universitária no Brasil em um documento que configurava uma avaliação institucional da extensão pelas IES (MEC.SESU, 1993). Nesse período, as universidades de

todas as regiões iniciaram o processo de avaliação e o papel da extensão como articulador entre universidade e sociedade foi reconhecido, mais do que o de prestação de serviços.

No oitavo encontro, ocorrido em 1994, a extensão enquanto prestação de serviços volta a ser discutida com outro enfoque, também como venda de serviços da universidade para a sociedade. Seria uma forma de captar recursos além do orçamento (FORPROEX, 1994b). Isso gerou muitas discussões no sentido de garantir a autonomia, a natureza pública da universidade como instrumento para a construção, disseminação e utilização do conhecimento por todos e não apenas por quem paga mais.

Em 1995, no nono encontro, foi realizada uma retrospectiva das atividades ocorridas desde 1987 e diagnosticado que ainda permanecia majoritariamente a concepção de extensão como assistencialismo e prestação de serviço. Corroborou para a continuidade desta concepção, o Projeto Universidade Solidária (UNISOL), de caráter assistencialista-educacional, que tinha como objetivo a mobilização de universitários para prestar assistência em comunidades pobres, no intuito de promover o desenvolvimento sustentável daquela região. Segundo Kochhann (2017) o projeto garantia a prestação de serviço na tentativa de cumprir com a missão social das universidades, mas não contemplava a extensão como função acadêmica, distanciando-a ainda mais do seu processo de institucionalização.

Em 1996, surge a LDB n. 9.394 que apresenta a extensão universitária como uma finalidade da universidade, tratando da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, e colocando a possibilidade de bolsa de estudos.

No décimo quarto encontro, em 1998, foi proposto o Plano Nacional de Extensão, o qual representou um avanço na concepção e no modelo de operacionalização da extensão universitária. Por meio desse plano, buscava-se:

- 1) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- 2) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas [...];
- 3) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã;
- 4) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998, apud NOGUEIRA, 2005, p. 92).

Em 1999 o FORPROEX publicou o conceito para a extensão no Plano Nacional de Extensão Universitária como: “um processo educativo, cultural e científico que articula o

ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.

Nesse mesmo ano foi criado o Sistema de Dados e Informação em Extensão (SIEX⁵) e a Rede Nacional de Extensão (RENEX⁶) (NOGUEIRA, 2001). Foi também nesse ano, criado o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitária. Esse Fórum possibilitou a articulação entre as Instituições de Ensino Superior com a finalidade de interligar a extensão à identidade comunitária das IES. Em 2001, o Plano Nacional de Extensão Universitária, lançado sob a Lei n. 10.172, propôs que 10 % dos créditos exigidos nos cursos de graduação fossem obrigatoriamente cumpridos em ações extensionistas.

Em 2002, aconteceu o I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o tema “Universidade: conhecimentos e inclusão social”, cujo objetivo foi compartilhar as experiências e reflexões acerca da extensão universitária. A partir dessas discussões, em 2003 foi implantado o PROEXT - Programa de Extensão Universitária, que substituiu o PROEXTE e perdurou até poucos anos atrás.

Em 2004, foi criado pelo MEC, o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, com o objetivo de avaliar as instituições, seus cursos e seus estudantes. As orientações para o SINAES, segundo Miguens Jr e Celeste (2014) era que:

[...] a extensão deveria ser pautada por valores educativos, primando por sua integração com o ensino e a pesquisa, [...] contribuindo para que o aluno desenvolva, no processo de aprendizagem, o espírito crítico próprio da formação cidadã. (MIGUENS JR; CELESTE, 2014)

Em 2010, o FORPROEX propôs uma reformulação no conceito da extensão, incluindo o aspecto político na reflexão sobre o tema e também a interdisciplinaridade. Esta última justificou-se a partir do pressuposto de que a universidade é parte da sociedade e interage com os demais setores. Desse modo, entende-se a Extensão Universitária: “é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade”.

Em 2012, o Plano Nacional de Extensão Universitária, Lei n. 10.172, reforça a proposta da integração curricular com a extensão universitária, a qual deve obrigatoriamente configurar

⁵ SIEX/Brasil: Banco de dados sobre as práticas de extensão no País.

⁶ Rede Nacional de Extensão, uma iniciativa do FORPROEX que mantém atualizado o cadastro das instituições integrantes, divulga as atividades de extensão e coordena o SIEX/Brasil.

o currículo dos cursos de graduação das Universidades públicas. Nesse mesmo ano, o FORPROEX, em seu documento Política Nacional de Extensão Universitária divulgado em 2012 apresenta o seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade [...] denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988 [...] com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social. (FORPROEX, 2012)

Diante do exposto, percebe-se que após a abertura política houve uma sequência de esforços para uniformizar o conceito de extensão e uniformizar também a operacionalização das ações extensionistas, na medida do possível, visando garantir sua adequada execução, avaliação e financiamento. Tudo isso, na tentativa de assegurar o seu processo de institucionalização, ou seja, a incorporação da extensão na universidade e seu papel transformador na sociedade.

Passaram-se 32 anos desde a criação do FORPROEX, e ao longo desse período ocorreram 45 Encontros Nacionais desse Fórum, com o intuito de discutir as demandas da época e com isso fortalecer cada vez mais a extensão universitária no Brasil. Em 2019, o 45º Encontro Nacional do FORPROEX aconteceu em maio, na Universidade de Brasília. O tema do Encontro foi “Os 50 anos da publicação de Paulo Freire “Extensão ou Comunicação?”, além de incluir outros assuntos fundamentais para a consolidação da Extensão Universitária no Brasil. A discussão é contínua, os desafios sempre presentes, mas o prognóstico para a Extensão Universitária é muito bom dado os avanços observados ao longo da sua história.

1.5. Política Nacional de Extensão no contexto atual

O documento “Política Nacional de Extensão Universitária”, lançado em 2012 pelo FORPROEX, tinha como intuito reafirmar os objetivos pactuados ao longo da existência do Fórum.

Nesse documento foram destacados dois avanços para a extensão, o primeiro deles diz respeito à sua institucionalização, lembrando “o preceito constitucional de indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e Extensão, a importância conferida pela LDB às atividades

extensionistas e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação PNE de 2001-2010 (BRASIL, 2001), de 10% da creditação curricular a essas atividades”.

Essa estratégia do PNE 2001-2010 foi mantida na estratégia nº 12.7 do PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), com o objetivo de alcançar a Meta nº 12 que consiste em:

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014)

A Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação/MEC regimenta o disposto na Meta 12.7 em seu Art. 4º, quando atesta que:

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. (BRASIL, 2018)

O segundo avanço mencionado no documento de 2012 diz respeito à priorização da extensão universitária em programas e financiamento por parte do Governo Federal, com destaque para o Programa “Conexões de Saberes” desenvolvido em 2005 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESU), recentemente denominado Programa de Educação Tutorial (PET/Conexões).

Destaca-se ainda a criação do PROEXTE, o primeiro programa de financiamento das ações extensionistas. O PROEXTE foi criado em 1993, formalizando conceitos importantes e fortalecendo as atividades de extensão. Entretanto, foi cancelado em 1995, sendo retomado apenas em 2003 sob a denominação PROEXT com o último edital lançado em 2016.

Assim, ao observarmos o processo de institucionalização da extensão universitária no Brasil, de fato vê-se que ele tem sido construído por iniciativas importantes avançando em muitos pontos da história, contudo não se trata de um caminho linear, mas sim de um trajeto tortuoso, com interrupções e até mesmo retrocessos ao longo do percurso. Apesar disso, o esforço conjunto da comunidade acadêmica vem contribuindo para a institucionalidade das atividades extensionistas.

Atualmente, a formulação e implementação das ações de extensão universitária devem ser orientadas pelas seguintes diretrizes, segundo a Política Nacional de Extensão: “Interação

Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social” (FORPROEX, 2012).

Em concordância com as diretrizes, o documento estabelece os princípios norteadores das atividades extensionistas, pactuados no âmbito do FORPROEX de 1987, que são os seguintes:

1. A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
2. A Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. A Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;
4. A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
5. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
6. A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania. (FORPROEX, 2012)

Guiada por esses princípios, a extensão universitária se consolida a partir da compreensão de suas especificidades e da sua interação com o ensino e a pesquisa.

Apesar de mais forte no contexto da universidade, os desafios a serem enfrentados pela extensão ficam cada vez mais evidentes, no documento são elencados vários desses desafios, destacando-se o primeiro deles que é:

Redefinir e ampliar a chancela institucional das ações de Extensão Universitária, por parte das Universidades Públicas, de forma a imprimir a estas maior transparência, o que está em consonância com sua missão, tal como definida pelas mudanças correntes na educação superior. (FORPROEX, 2012)

A transparência é viabilizada pelos sistemas de registros que tornam públicas as ações de extensão ao passo que facilitam a uniformização e o gerenciamento das atividades, o que favorece inclusive a busca de financiamento. Nesse sentido, um outro desafio explicitado no documento de 2012 era atualizar os sistemas de informação e de avaliação vigentes na época visando superar a prática de registro de dados isolados e construir indicadores de avaliação. Aumentar a participação dos alunos, garantir a dimensão acadêmica e seu papel transformador na sociedade também estão entre os desafios da extensão universitária.

O documento expõe a atualização das áreas temáticas da extensão universitária, de modo a satisfazer os desafios contemporâneos e as demandas inter e transdisciplinares. As áreas temáticas norteiam a sistematização das ações de extensão universitária em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

De forma complementar às áreas temáticas, e em consonância com a Agenda 2030⁷, 17 linhas de atuação devem ser consideradas na elaboração das propostas de ações, a fim de identificar a sua contribuição local, regional ou nacional conforme os objetivos de desenvolvimento sustentável, descritos no quadro a seguir.

Quadro 01: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Erradicação da Pobreza
Fome Zero e Agricultura Sustentável
Saúde e Bem-Estar
Educação de Qualidade
Igualdade de Gênero
Água Potável e Saneamento
Energia Acessível e Limpa
Trabalho Decente e Crescimento Econômico
Indústria, Inovação e Infraestrutura
Redução das Desigualdades
Cidades e Comunidades Sustentáveis

⁷ Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York e criaram a Agenda 2030, um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

Consumo e Produção Responsáveis
Ação Contra a Mudança Global do Clima
Vida na Água
Vida Terrestre
Paz, Justiça e Instituições Eficazes
Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: Plataforma Agenda 2030

Essas linhas devem fazer parte das reflexões atuais sobre as ações de extensão propostas pelas universidades. Nesse sentido, a UFPB institucionalizou esses objetivos, uma vez que no ato da submissão de cada proposta de extensão é solicitado ao proponente que indique a qual desses objetivos de desenvolvimento sustentável a ação está vinculada.

No próximo Capítulo será abordada, com mais detalhes, a extensão universitária na UFPB.

CAPÍTULO II

2. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB

Neste capítulo será discutido de maneira pontual o processo de institucionalização da extensão universitária na UFPB e aspectos importantes relacionados à gestão atual da extensão na Instituição. Posteriormente, serão abordados os sistemas de registro de dados da extensão como um meio importante para fortalecer a institucionalidade da extensão universitária.

2.1. Trajetória da extensão na UFPB em busca da sua institucionalização

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada em 1955 pela Lei Estadual nº 1.336, de 02 de dezembro de 1955, sob o nome Universidade da Paraíba (PARAÍBA, 1955). Ela foi constituída pela incorporação de algumas escolas superiores, a saber: Faculdade de Filosofia da Paraíba; Faculdade de Odontologia da Paraíba; Escola Politécnica da Paraíba e Escola de Enfermagem da Paraíba; além de instituições agregadas como a Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina; Faculdade de Ciências Econômicas; Escola de Engenharia da Paraíba e Escola de Serviço Social.

Em 1960, a universidade foi federalizada pela Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, por meio da qual passou a ter autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar. Nessa época, além das instituições supracitadas, foram incorporados outros estabelecimentos de ensino como a Faculdade de Farmácia e a Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande. A partir de então iniciou-se o processo de expansão e a universidade avançou significativamente em uma estrutura *multicampi* destinada às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No Estatuto de 1961, a extensão foi mencionada pela primeira vez como uma das atribuições da universidade. Ele previa a realização de cursos na modalidade extensão, os quais eram destinados a difundir conhecimentos técnicos e apresentavam duas modalidades: de extensão popular e de atualização cultural. Pode-se inferir que a extensão na UFPB, de acordo com o Estatuto de 1961, caracterizava-se conforme os modelos internacionais de cursos e prestação de serviços que influenciaram a extensão no Brasil como um todo (SERRANO, 2012).

Destaca-se na UFPB da época, as práticas de extensão rural e as de integração entre ensino e serviço realizadas na área da saúde, como a assistência à população feitas por estudantes de medicina e enfermagem no Pronto Atendimento Médico (PAM) de Jaguaribe.

Serrano (2012) destaca um outro ponto importante contido no Estatuto, os princípios organizacionais que preconizava a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 5º A Universidade é organizada com base nos seguintes princípios: I - racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos; II - universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações, e de diferentes áreas técnico-profissionais; III - flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas; IV - indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 1961).

O Decreto nº 65.464, de 21 de outubro de 1969 reforçou o papel da extensão na UFPB como prestação de serviços, apontando o papel social da universidade, conforme pode ser visualizado no seu artigo 1º:

Art. 1º. A Universidade se dedica prioritariamente a tarefa: a) de contribuir para o desenvolvimento da região em que se acha situada, mediante o estudo dos seus problemas; b) de formar quadros científicos e técnicos que atendam às necessidades regionais; c) de prestar serviço à comunidade, de modo a ajudá-la a melhorar o nível de vida e os seus padrões culturais. (BRASIL, 1969)

A década de 70 foi um período de crescimento e fortalecimento da UFPB, foram criados vários cursos de graduação e pós-graduação e núcleos de pesquisa e extensão. Foi consolidada a estrutura *multicampi*, que se estendia de João Pessoa a Cajazeiras e abrangia outras cinco cidades do interior do estado, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos e Sousa.

Em 1976, no reitorado de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, quando Iveraldo Lucena era o Pró-Reitor de Extensão, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC), hoje denominada Pró-Reitoria de Extensão (PROEX⁸), com a união da Coordenação de Extensão Cultural (COEX), da Pró-Reitoria para Assuntos Didáticos e da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis.

⁸ A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) teve o nome atualizado para Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) conforme Resolução nº 25/2019 do Conselho Universitário da UFPB.

Foram criados também os núcleos de extensão cultural: Núcleo de Arte Contemporânea (NAC), Núcleo de Teatro Universitário (NTU), Núcleo de Documentação Cinematográfica (NUDOC) e a antiga Superintendência de Artesanato (SUDART) que era um espaço de documentação voltado para o artesanato e mais tarde deu origem ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Popular (NUPPO).

O atual Coordenador Adjunto da COEX, José Augusto de Moraes, em entrevista concedida ao autor desse estudo, fornece alguns detalhes sobre os núcleos de extensão e outras ações da época. Moraes (2019) afirma que:

Lynaldo conseguiu em Brasília, para a criação desses núcleos, o notório saber, pessoas que não eram formadas, mas conheciam o fazer de alguma coisa, e contratou esse pessoal como professor, trazendo inclusive pessoas de outros países, tornando a universidade internacional. (Moraes, 2019)

As atividades desenvolvidas nos núcleos eram cursos oferecidos tanto para o público universitário quanto a sociedade em geral, destacando-se os cursos de “música, pintura, cinema, enfim tudo, teatro, dança, ligados a comunidade” (MORAES, 2019).

Dentre os trabalhos realizados pelos núcleos da época, destaca-se o projeto de extensão Jornadas dos Contadores de Estória da Paraíba, desenvolvido pelo NUPPO, que consistiu num acervo de contos populares coletado pelo professor e escritor Altimar Pimentel com o objetivo de resgatar a cultura e a arte popular.

A partir da criação dos núcleos de extensão cultural houve um projeto de extensão nas universidades brasileiras que foi a criação, no final dos anos 70, do Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA), como importante instrumento de valorização da produção cultural no interior das universidades. As discussões ocorridas no CUCA e o envolvimento da UFPB com os movimentos populares e a cultura foram importantes para construção do pensamento crítico sobre a extensão, fundamentando o conceito de extensão adotado pelo FORPROEX anos mais tarde (CARNEIRO apud SERRANO, 2012).

Em 1978, a UFPB aprova a primeira Resolução que trata de forma específica da extensão universitária, a Resolução do CONSEPE de nº 31/78, que reconhece a extensão como as atividades elencadas a seguir:

I - Atividades que visem o treinamento profissional sob a forma de cursos, seminários, congressos, encontros, ciclos de conferências, mesas-redondas e outras atividades assemelhadas; II - Estágios ou atividades que se destinam ao treinamento pré-profissional de pessoal discente; III - Atendimento direto à comunidade ou a instituições públicas e particulares, pelos órgãos de administração ou de ensino e

pesquisa; IV - Participação em iniciativas de natureza cultural; V- Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional; VI - Promoção de atividades culturais; VII - Publicação de trabalhos de interesse cultural; VIII - Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho; IX - Estímulo à criação literária, artística, científica e tecnológica; X - Articulação com o sistema empresarial; XI - Interiorização da Universidade. (UFPB, 1978 *apud* SERRANO, 2012)

Scocuglia (2003) considera que a Resolução nº 31/78 caracterizou de maneira ampla a extensão na UFPB, quando analisado o momento político vivenciado pelo país naquela época. Após o golpe de 1964, os movimentos culturais haviam sido silenciados em função do programa desenvolvimentista do governo, mas a UFPB, devido ao seu envolvimento com os movimentos de cultura popular apresentou um conceito mais amplo para a extensão e continuou a envolver ações de cunho cultural.

Na década de 80, a UFPB se fortalece no fazeres da extensão universitária, com destaque para as áreas de saúde e educação. No Centro de Ciências da Saúde, um exemplo, foi o Estágio Rural Integrado (ERI) e, na área de educação alguns projetos foram executados, porém sem o devido registro ou divulgação acadêmica, devido à falta de uma maior estruturação por parte da gestão da época (SERRANO, 2012).

As atividades realizadas na UFPB durante esse período foram coetâneas e estreitamente relacionadas às mudanças que a extensão universitária vinha sofrendo no âmbito nacional com a criação do FORPROEX e os preceitos elicitados na Constituição de 1988. Os movimentos e políticas nacionais da época influenciaram as ideias que fundamentaram as diretrizes normativas da UFPB para a extensão no início da década de 90.

Os anos 90 foram decisivos para o processo de institucionalização da extensão na UFPB. Primeiramente, durante o reitorado de Neroaldo Pontes de Azevedo, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), aprova a Resolução nº 09/93 que regulamenta as atividades de extensão da UFPB.

O presente documento conceitua a extensão de modo alinhado com o FORPROEX, como visto em seu artigo 1º:

A extensão é constituída, na UFPB, como um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. (UFPB, 1993)

Ao passo que reafirma a extensão como uma atividade equivalente ao ensino e a pesquisa, a Resolução recomenda tratamento equivalente por parte dos centros e departamentos com a disponibilidade de recursos financeiros; programação das atividades e distribuição de

encargos docentes; e a ponderação para efeito da avaliação funcional do docente, essas recomendações são objeto de luta desde aquela época até os dias atuais.

Na Resolução nº 09/93 são elencadas diversas atividades de extensão e é atribuída à PRAC, a coordenação da política, e aos Centros, a coordenação e o acompanhamento das atividades de extensão. O documento prevê também a criação do Comitê Assessor de Extensão, cuja função é assessorar a PRAC na elaboração da política e propor critérios de avaliação das atividades de extensão, conforme descrito no Art 7º.

Art. 7º – Fica criado o Comitê Assessor de Extensão que tem por objetivo assessorar a Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários na elaboração e definição da política de extensão da Universidade, bem como propor critérios de avaliação dessas atividades. (UFPB, 1993)

O Art 8º prevê a composição do Comitê Assessor de Extensão:

Art. 8º – O Comitê Assessor de Extensão é constituído pelos seguintes membros titulares e seus suplentes: I – Pró-Reitor da PRAC, como presidente nato; II – Coordenadores da PRAC; [...] III – Coordenador Setorial para Assuntos Comunitários da PRAI; IV – O assessor de extensão de cada Centro da UFPB; V – Um representante dos estudantes a ser designado pelo DCE; VI – Um representante dos funcionários a ser designado pelo SINTESP; VII – Três representantes dos setores organizados da sociedade civil que estejam desenvolvendo atividades de extensão com a Universidade, a serem designados conjuntamente, por esses setores. (UFPB, 1993)

Além dos preceitos legais estabelecidos na década de 90, os trabalhos desenvolvidos na prática foram de crucial importância para o fortalecimento da extensão na UFPB. Foram estruturadas nesse período várias atividades de extensão, Serrano (2012) cita o Núcleo de Saúde Coletiva (NESC) com seus projetos de pesquisa e extensão, tais como Saúde do Trabalhador – CERESAT⁹ (1988); Projeto Zé Peão¹⁰ (1990); Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária¹¹ (1990) e outros.

Buscou-se institucionalizar a extensão também mediante iniciativas para estimular a produção acadêmica a partir dos trabalhos extensionistas desenvolvidos na UFPB. Dentre eles, destaca-se a contribuição do servidor Fernando Abah em promover a divulgação mensal de todos os eventos de extensão, na tentativa de formalizar e registrar essas ações. Destaca-se ainda

⁹ O CERESAT tem como objetivo realizar pesquisas, formação e atenção à saúde, bem como consultorias no campo da saúde do trabalhador, em busca de contribuir para a construção da política de saúde do trabalhador na Paraíba.

¹⁰ Projeto Escola Zé Peão leva alfabetização e educação continuada para operários da construção civil.

¹¹ O PIAC, através do Estágio de Vivência em Comunidade e do Estágio Nacional de Extensão em Comunidade, entre outras ações, se destaca por proporcionar para estudantes do Brasil e do mundo vivências dentro das comunidades, trazendo para o aluno a oportunidade de aprender pela experiência.

a criação da Revista de Extensão, que inicialmente era impressa, mas depois se transformou na Revista Eletrônica Extensão Cidadã. Outra iniciativa importante foi a publicação da Série Extensão, onde os relatos sobre as ações eram mais amplos quando comparados à Revista. Segundo Moraes (2019):

Outra coisa interessante foi a Série Extensão, onde foram publicados 25 livros com temas diversos, na época do Professor Ivan eu era coordenador no NUPPO e nós conseguimos publicar três volumes, eram justamente os Contadores de Histórias, que publicamos no município de Guarabira, Patos e Catolé do Rocha. (MORAES, 2019)

O objetivo desses mecanismos de divulgação, não era apenas fazer o registro das ações, mas também tornar a extensão uma atividade acadêmica, na medida em que os coordenadores relatavam seus projetos em um canal de difusão de trabalhos científicos, além disso, foi dada maior visibilidade aos projetos que eram feitos efetivamente na UFPB.

O Professor Ivan Targino Moreira, Pró-Reitor de Extensão no início dos anos 90, em entrevista divulgada pela Revista de Extensão no ano de 2008, elencou alguns marcos para a institucionalização da extensão na UFPB, sendo elas: a aprovação da Resolução 09/93 do CONSEPE; a criação do Comitê Assessor da Extensão; o estabelecimento dos canais de divulgação das atividades e eventos de extensão; a revista de extensão; a criação do Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX) e o prêmio novos autores paraibanos (MOREIRA, 2008).

O PROBEX foi institucionalizado pela Resolução do CONSEPE nº 76/97, que fixa as normas do Programa e oficializa o processo sistemático de acompanhamento dos projetos. Para Moreira (2008), o PROBEX:

[...] Era o maior programa de bolsa de extensão entre todas as universidades. O PROBEX foi criado em 1993, com 200 bolsas no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), o equivalente na época a cerca de US\$200,00; naquele momento as universidades federais brasileiras; esse programa permitiu o engajamento de professores de todos os sete *campi* da UFPB, ensejando um grande envolvimento de professores e alunos, considerando que em cada projeto era possível incluir alunos voluntários (MOREIRA, 2008, p.4 *apud* SERRANO, 2012).

Sobre o prêmio Novos Autores Paraibanos, Moraes atestou:

[...] durou 7 anos, as pessoas se inscreviam com pseudônimos e tinha as áreas de literatura infantil, contos, crônicas, poesias e cordel, eu fiz parte do cordel junto com Ivaldo Nóbrega e Miriam Maia. O prêmio era a publicação do livro e um prêmio em dinheiro [...] Paralelo a isso, a gente tinha o Salão de Humor, feito por alunos e professores, com a primeira

exposição no Manaíra Shopping, depois Shopping Sul e hall da Reitoria. (MORAES, 2019)

Na década de 90, um outro fato importante foi a implantação do Banco de Dados de Extensão, o BANDEX, primeiro sistema de registro das atividades de extensão e transferência de informações da UFPB. O BANDEX começou a funcionar experimentalmente em 1994 e foi institucionalizado em 1999 pela Resolução nº 55/99.

Ele surgiu da necessidade de melhorar e sistematizar o registro das atividades de extensão e foi importante naquele momento histórico em razão da necessidade de dimensionar e construir o perfil da extensão na UFPB (SERRANO, 2012). Com o BANDEX, buscou-se arduamente identificar e resgatar todos os projetos de extensão desenvolvidos de João Pessoa até Cajazeiras. A utilização do BANDEX para o registro das ações fortaleceu substancialmente a extensão na UFPB.

Em 2002, o Estatuto da UFPB coloca a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio institucional, e reafirma o compromisso social da universidade, reforçando os conceitos para extensão universitária preconizados pelo FORPROEX e o CRUB. Nesse mesmo ano aconteceu na UFPB o I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) com o intuito de discutir as experiências de extensão, foi a partir das discussões nesse evento que foi implantado no ano seguinte o PROEXT.

A Resolução nº 09/93 foi revogada pela Resolução nº 61 de 2014, que regulamenta as atividades de Extensão até os dias de hoje. O documento é bem semelhante ao anterior, mantendo o conceito geral da Extensão, o princípio da indissociabilidade e os órgãos envolvidos na coordenação geral das atividades, a PRAC e o Comitê Assessor. Ela amplia o rol de atividades de extensão, descritas em seu artigo 4º e elencadas a seguir:

Art. 4º – A extensão universitária, conforme reza o Art. 119 do Regimento Geral da UFPB, será realizada sob a forma de:

- I. cursos de treinamento profissional;
- II. cursos de formação para a comunidade interna e externa à UFPB;
- III. cursos de formação continuada para profissionais das áreas de conhecimento constantes do Plano nacional de Extensão;
- IV. cursos de aperfeiçoamento nas áreas de: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho e áreas afins;
- V. estágios ou atividades que se destinem ao treinamento pré-profissional de pessoas docentes;
- VI. prestação de consultoria ou assessoria a instituições públicas ou privadas;
- VII. atendimento direto à comunidade pelos órgãos de administração, ou de ensino e pesquisa;
- VIII. participação em iniciativas de natureza cultural;

- IX. estudo e pesquisa em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- X. promoção de atividades artísticas e culturais;
- XI. publicação de trabalhos de interesse cultural;
- XII. divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- XIII. estímulo à criação literária, artística, científica e tecnológica;
- XIV. articulação com o meio empresarial;
- XV. interiorização da Universidade. (UFPB, 2014)

O artigo seguinte coloca como função da PRAC, a regulamentação das formas de extensão definidas no artigo anterior, conforme suas especificidades e a orientação política de extensão traçada pela Universidade. Pela resolução anterior, essa regulamentação era feita pelos Centros Acadêmicos.

Uma outra adição da Resolução nº 61/2014 foi estabelecer a necessidade de registrar as ações de extensão como descrito no parágrafo 4º do Art.5º.

As propostas de ação de extensão [...] devem ser cadastradas no Sistema de Registro de Extensão que estiver em vigor. O proponente deverá encaminhar, também pelo sistema, o relatório final das atividades desenvolvidas, para fins de emissão dos certificados, e para avaliação das políticas de extensão da UFPB. (UFPB, 2014)

Torna-se, pois, norma obrigatória o registro uniforme das ações de extensão, o que contribui para melhorar a gestão das mais diversas atividades realizadas na UFPB. Numa perspectiva mais ampla, o registro sistemático da extensão fortalece o seu processo de institucionalização, uma vez que torna todas as ações extensionistas uma parte indissociável da universidade, tanto acadêmica como administrativamente.

Em 2015, quando a UFPB completou 60 anos, foi lançado o Jornal de responsabilidade da PROEX, intitulado UFPB EXTRA MUROS. No seu primeiro exemplar, divulgado em novembro do referido ano, o Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Prof. Orlando de Cavalcanti Villar Filho, descreveu o lançamento do Jornal como um meio importante de divulgação do que era produzido pela extensão na UFPB, no intuito de dar mais visibilidade a esta prática (VILLAR FILHO, 2015). Ele também retratou outras estratégias atuais da PROEX para valorizar ainda mais a extensão na Instituição, são elas:

Mudanças na estrutura organizacional da Pró-Reitoria e no seu gerenciamento; promoção de melhorias na estrutura física, de equipamentos e de materiais; equiparação da bolsa de extensão com a da pesquisa, no valor, na quantidade e na temporalidade; alteração nas resoluções internas que norteiam a política de extensão; alteração na tabela de pontuação da avaliação docente em trabalhos de extensão. (VILLAR FILHO, 2015, p. 2)

As estratégias elencadas foram elaboradas em concordância com as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB (PDI-UFPB, 2014-2018), onde a UFPB prevê ampliar e fortalecer as ações da extensão de modo a incluir uma maior participação da comunidade universitária. Para tanto, a UFPB propõe ampliar o número de projetos visando atender às metas do Plano Nacional de Educação; expandir a captação de recursos externos; melhorar a articulação entre o conhecimento produzido na instituição e a sociedade; e aperfeiçoar o gerenciamento dos projetos de extensão com o objetivo de construir indicadores. Para essas ações, reconhece-se a importância de um registro eficiente das ações de extensão.

Diante do exposto, percebe-se que desde a sua criação, a UFPB trabalha para fazer a extensão universitária acontecer e estabelece diversas medidas legais e práticas para torná-la parte indissociável do ensino e da pesquisa. O que a extensão é hoje na UFPB é fruto das ações realizadas por todas as equipes gestoras que passaram por esta IES, incluindo professores, técnicos administrativos e discentes que trabalharam e trabalham de diversas formas, para promover as ações, normatizá-las e registrá-las. A institucionalização da extensão é um processo que começou no início da criação da UFPB e perdura até hoje.

No próximo tópico será abordado como a UFPB se organiza atualmente para gerir as ações de extensão, conforme os preceitos nacionais e as estratégias locais para o seu fortalecimento.

2.2. O exercício da extensão na UFPB

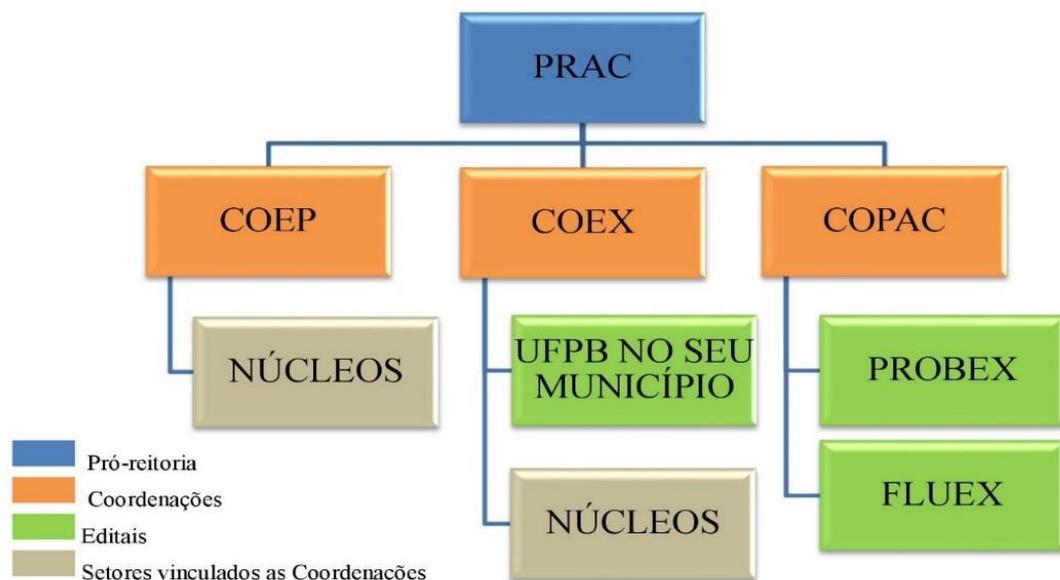
A Universidade Federal da Paraíba, em consonância com as demais IES do país, trabalha desde sua criação, para realizar a sua missão de “construir, produzir ciência e formar profissionais em todas as áreas do conhecimento com qualidade técnica, compromisso social e ético, em razão do desenvolvimento sustentável da Paraíba, do Nordeste e do Brasil”, conforme explicitado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional” (UFPB, 2014).

A fim de realizar a sua missão de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, a UFPB estabelece continuamente medidas para o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. No âmbito da extensão, uma das metas consiste em ampliar e fortalecer as ações da extensão de modo a incluir uma maior participação da comunidade universitária. A resolução nº 61/2014 rege as ações de extensão da UFPB, nela fica estabelecido em seu Art. 6º.

Art. 6º – Compete à PRAC a coordenação da política e aos Centros, através de suas assessorias a coordenação e o acompanhamento das atividades de extensão. Quando se tratar de Núcleos e demais Setores da UFPB, esse acompanhamento será feito pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários por meio das suas Coordenações. (UFPB, 2014)

Cabe a PRAC em conjunto com o Comitê Assessor de Extensão a coordenação das diferentes atividades de extensão. Conforme Resolução nº 61/2014, a PRAC apresenta três coordenações: a COPAC (Coordenação de Programas e Ação Comunitária); COEX (Coordenação de Extensão Cultural); e COEP (Coordenação de Educação Popular), todas elas desenvolvem suas ações por meio de diferentes programas institucionais. A COPAC coordena o Programa de Bolsa de Extensão – PROBEX e o Fluxo Contínuo da Extensão – FLUEX. A COEX é responsável por articular a relação da comunidade com o teor cultural promovido no âmbito da UFPB por meio das atividades do Programa UFPB no seu Município e ações dos núcleos que estruturam essa coordenação. A COEP coordena diversos núcleos com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da perspectiva teórico-metodológica da Educação Popular em práticas de Extensão Universitária.

Figura 01: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão com as respectivas coordenações e atribuições.



Fonte: Elaboração própria do autor com base em informações disponibilizadas pela PROEX.

O quadro abaixo expõe os núcleos da UFPB criados pelo CONSUNI e vinculados à PROEX, conforme Relatório de Gestão 2017 (UFPB, 2018)

Quadro 02: Relação dos Núcleos de Extensão vinculados à PROEX/UFPB

Núcleos
Núcleo de Arte Contemporânea - NAC
Núcleo de Artesanato Feminino - NARF
Núcleo de Teatro Universitário - NTU
Núcleo de Documentação Cinematográfica - NUDOC
Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular - NUPPO
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular – NUPLAR
Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres - NEUD
Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisa da Terceira Idade - NIETI

Fonte: UFPB (2018)

As ações de extensão realizadas na UFPB são classificadas em cinco tipos: programa, projeto, curso, evento e produto. O quadro abaixo mostra cada um dos tipos de ações de extensão com sua definição de acordo com a PROEX/UFPB.

Quadro 03: Tipos de ações de extensão realizadas na UFPB.

Tipo de ação	Definição
Programa	Conjunto de ações coerentes articuladas ao ensino e à pesquisa e integradas às políticas institucionais da Universidade direcionadas às questões relevantes da sociedade, com caráter regular e continuado.
Projeto	Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivos específicos, e que cumprem o preceito da indissociabilidade. Desenvolvido de forma sistematizada com vigência entre três e dez meses. Pode ou não ser vinculado a um programa.

Curso	Conjunto articulado de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, que extrapolem as cargas horárias curriculares e que se proponham a socializar os conhecimentos produzidos na Universidade, ou fora dela, de forma presencial ou à distância, vindo a contribuir para uma melhor articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais.
Evento	Ação de interesse técnico, social, científico, artístico e esportivo: campanhas em geral, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, debate, encontro, espetáculo, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de publicações e produtos, mesa redonda, mostra, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio, torneio, entre outras manifestações, que congreguem pessoas em torno de objetivos específicos.
Produto	Resultado de atividades de extensão, ensino e pesquisa, com a finalidade de difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica. É considerado produto: livros, anais, artigos, textos, revistas, manual, cartilhas, jornal, relatório, vídeos, filmes, programas de rádio e TV, softwares, CDs, DVDs, partituras, arranjos musicais, entre outros.

Fonte: SIGAA-UFPB (2019)

Atualmente, as ações vinculadas à PROEX que possuem bolsas para os discentes são os projetos submetidos aos Editais PROBEX e UFPB no seu município. O orçamento para implementação de bolsas como também para a política de extensão de modo geral decorre de recursos próprios da Instituição. É importante destacar que nos últimos anos houve um aumento nos recursos destinados à Extensão, e isso refletiu no aumento do número de bolsas disponibilizadas a cada ano, como será demonstrado no Capítulo IV; do valor das bolsas, equiparando-o às bolsas de iniciação científica; e no aumento da periodicidade das bolsas de 8 para 10 meses. A PROEX trabalha agora para aumentar o período de bolsa para 12 meses, no intuito de equipará-lo com o período de iniciação científica e promover assim mais equilíbrio entre as funções de extensão e pesquisa. Essa e outras estratégias, como as descritas por Villar

Filho (2015) no item 2.1, estão sendo postas em prática para valorizar e consolidar a extensão universitária na UFPB, tornando-a destaque no cenário nacional.

Para alcançar suas metas, a UFPB reconhece como prioritário o fortalecimento da relação da extensão com o ensino e com a pesquisa, o qual se consolida na prática pela participação dos estudantes nos programas, projetos, eventos e, sobretudo, no contato com a sociedade e instituições parceiras na produção e troca de conhecimento (PDI-UFPB, 2014-2018). Dentre as ações estruturantes da PROEX para dar suporte à extensão e favorecer a crescente participação da comunidade universitária, destaca-se a meta colocada em seu último relatório de gestão: “a adequação permanente do módulo de Extensão do SIGAA” (UFPB, 2019).

2.3. Registro de dados para a extensão

No XV Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em 1999, quando da criação do RENEX, foi formado também um Grupo Técnico Sistema de Dados e Informações. O relatório final construído nessa ocasião indicava que os trabalhos de extensão geravam um quantitativo bastante considerável de dados e informações que necessitavam ser organizadas e avaliadas. Por conseguinte, foi elaborado um documento de orientação para a sistematização e registro das ações de extensão definindo-se os dados básicos de identificação para programas, projetos e outras atividades de extensão, com apresentação de proposta de uniformização para áreas temáticas e indicativas para linhas programáticas, para uso nacional (FORPROEX, 1999). Essa padronização possibilitaria a definição de conceitos, diretrizes e indicadores nacionais, além de facilitar a gestão das atividades de extensão no país.

Em 2003, algumas universidades adotaram então o Sistema SIEX/Brasil, atendendo as orientações do INEP/MEC, que começou a solicitar informações anuais referentes à produção extensionista por meio de planilhas específicas para a Extensão Universitária. O SIEX/Brasil era um aplicativo web que foi adaptado e atualizado do Sistema de Informação da Extensão da UFMG, para possibilitar o registro das atividades de extensão, com o objetivo de criar um cadastro único da extensão universitária no Brasil, mas não foi adotado por todas as universidades (FORPROEX, 2007).

O SIEX/Brasil não foi utilizado de imediato pela UFPB, que teve como primeiro sistema de registro das atividades de extensão e transferência de informações o BANDEX, que como dito anteriormente, funcionou experimentalmente desde 1994 e foi institucionalizado em 1999 pela Resolução 55/99. Percebe-se então que a UFPB estava à frente das demais universidades

do país, possuindo seu próprio sistema de registro de ações de extensão antes mesmo da orientação emitida a nível nacional pelo FORPROEX e criação do SIEX/Brasil.

O BANDEX foi desenvolvido pelo, na época Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), hoje conhecido por superintendência (STI) da UFPB e custeado com recursos da PRAC, com a finalidade de registrar as ações e eventos realizados pela UFPB na forma de extensão universitária. A Resolução 55/99, em seu Art. 2º, regulamenta que somente serão reconhecidas as atividades de extensão registradas no BANDEX, o que fortaleceu o mesmo como ferramenta de gestão ao passo que fortaleceu a extensão em si enquanto função universitária, assim esse documento contribuiu para a institucionalização administrativa e acadêmica da extensão.

Após sua criação, Ferreira (2001) atestou que o BANDEX tinha como objetivo:

[...] ser um dos elos de ligação da universidade com a sociedade através da transferência de informações científicas, tecnológicas e culturais que podem proporcionar à população o acesso aos resultados produzidos pela atividade acadêmica e, ao mesmo tempo, proporcionar à Universidade a oportunidade de produzir novos conhecimentos e formas de socializa-los a partir dessa relação com a sociedade. (FERREIRA, 2001)

O autor ainda enfatiza que o registro institucional das atividades de extensão permite o conhecimento formal e quantificado do envolvimento da academia com a extensão, bem como da demanda da sociedade e dos recursos necessários à área. Esse registro é indispensável para o planejamento e avaliação institucional bem como para a qualificação da UFPB junto às agências de fomento (FERREIRA, 2001).

Em 2006, a UFPB substituiu o BANDEX pela base de dados da UFMG/SIEX, e posteriormente para uma versão aperfeiçoada do SIEX/Brasil, desenvolvida pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) em parceria com o MEC, denominada SIGPROJ. Após sua criação, o SIGPROJ passou a ser utilizado por várias universidades, sendo usado pela UFPB até o ano de 2016.

O SIGPROJ tem como proposta agilizar o envio de projetos pela internet e o acompanhamento das atividades durante as fases de planejamento, execução e avaliação. Além de contribuir para democratizar a extensão, tornando públicas as informações para a comunidade universitária e a sociedade (SIGPROJ, 2019). É um software livre, ao qual todas as universidades federais podem ter acesso, mas não têm a obrigação em utilizá-lo, ou seguir seus padrões de preenchimento. Podem ajustar seu uso conforme suas necessidades e demandas, desde que se orientem pelas diretrizes de extensão (PEREIRA; SCHENA, 2011 *apud* BAUDEL, 2016). Nesse sentido, algumas universidades usam o SIGPROJ apenas

parcialmente, seja utilizando-o apenas para o registro e a gestão é feita manualmente ou por meio de sistema complementar (BAUDEL, 2016).

Nesse contexto, a UFPB utilizava o SIGPROJ para as atividades de extensão e outros sistemas para as atividades de pesquisa e ensino. Assim, havia na UFPB vários sistemas que não eram integrados, não se comunicavam entre si, o que gerava, além de problemas gerenciais, várias informações de acessos para um mesmo usuário. Como os usuários dos sistemas são todos que fazem parte da comunidade UFPB, professores, técnicos administrativos e alunos, é de se pensar na enorme demanda que chegava para o setor de atendimento ao usuário da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI).

Além disso, todos os sistemas utilizados pela UFPB haviam sido construídos há anos, com tecnologia obsoleta para os dias de hoje e, portanto, não atendendo mais às exigências dos usuários, cada vez mais exigentes, com cultura e níveis de habilidades diferentes, além de tornar difícil o processo de manutenção. À medida que a tecnologia da informação foi avançando, a extensão universitária adentra nesse caminho e se adapta à nova realidade, surgem então novas demandas para o registro das ações de extensão, o que requer melhores sistemas de registro e gerenciamento de dados para tal atividade.

Diante desses problemas, havia a preocupação, por parte do STI, em oferecer um serviço de melhor qualidade, padronizando todos os sistemas da UFPB para uma gestão integrada de todas as atividades universitárias, e sobretudo para oferecer aos usuários finais um único meio de acesso, um único padrão visual nas páginas e nos controles existentes nelas, facilitando o uso e a gestão das atividades desempenhadas pela instituição (ARAÚJO, 2013).

Em 2010 a UFPB adotou o Sistema Integrado de Gestão (SIG) desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte no ano de 2005. A implantação do SIG na UFPB vem ocorrendo paulatinamente desde então e o módulo de extensão começou a ser utilizado no ano de 2017 em substituição ao SIGPROJ.

Conforme o Prof. Lincoln Eloi de Araújo, atual Pró-Reitor Adjunto de Extensão na UFPB, em artigo publicado no Jornal UFPB Extra Muros, a implantação do módulo de extensão do SIGAA foi um dos maiores desafios da gestão atual, o processo durou dois anos e em 2017, quando implantado, colocou a UFPB em um nível igualitário com as demais IES brasileiras. Segundo ele:

[...] a PRAC a partir de 2017 começou a dispor de uma ferramenta moderna, atual, prática e dinâmica, cuja prioridade é viabilizar o cadastro, a coordenação, o monitoramento, a adequação, o registro e a certificação das ações de extensão promovidas. Assim, a Pró-Reitoria de Extensão viabiliza a execução das suas ações extensionistas, que atualmente servem

de modelo nacional, através dos subsídios físicos, intelectuais, legais e acadêmicos, no intuito, de cada vez mais avançar na interação com o ensino e a pesquisa e, principalmente efetivar o seu papel de levar e trazer o conhecimento ensinado e adquirido extra muros da UFPB. (ARAÚJO, 2017, p. 2)

Em seguida, será abordado o que vem a ser um sistema integrado de gestão e algumas de suas subdivisões utilizadas atualmente na UFPB.

2.3.1. Sistemas integrados de gestão (SIG)

Os Sistemas Integrados de Gestão (SIG) são formados por um conjunto de sistemas que tem a função de administrar informações e procedimentos de diferentes áreas funcionais para determinada empresa ou instituição, atuando como uma ferramenta de integração dessas informações, de forma que as mesmas possam ser utilizadas e gerenciadas de maneira eficiente e segura. Nas universidades, por exemplo, podem ser gerenciados os recursos humanos, patrimônio, administrativo e acadêmico, entre outros (UFAL, 2019).

Os SIGs são didaticamente divididos em módulos, dentre eles um ou mais são pontos de acesso aos demais sistemas; possui também portais, unindo operações que têm feito do SIG uma solução completa para controle de atividades administrativas.

No caso da UFPB, destacamos o SIGRH (Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos), o SIPAC (Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos), o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) e o SIGAdmin (Sistema Integrado de Gestão da Administração e Comunicação). Todos esses módulos são compostos por funções específicas, portais e pontos de acesso aos demais sistemas.

Todo SIG possui seus clientes e usuários, os clientes são aqueles, geralmente com cargos de chefia que entram em contato com o desenvolvedor e solicitam novos módulos bem como ajustes nos já existentes, com o objetivo de automatizar determinado serviço ou implementar uma nova funcionalidade. As pessoas que apenas usam os módulos são chamadas de usuários.

No contexto da UFPB, os clientes são os pró-reitores e os coordenadores que enviam suas demandas ao STI, cuja função é prover os serviços de tecnologia da informação necessários para suportar os serviços acadêmicos e administrativos da instituição. E os usuários continuam sendo toda a comunidade acadêmica: os professores, alunos e técnicos administrativos.

O SIG adotado pela UFPB possui duas características importantes, a primeira é que, cada um dos seus módulos possui permissões específicas, ou seja, cada usuário possui seu perfil

padrão com as funções que lhe são atribuídas, caso ele necessite usar outra funcionalidade além do seu perfil, será preciso solicitar a adição da atribuição extra ao seu perfil.

A outra é que, a cada ação executada, independente do módulo, há um registro associado contendo a ação, o usuário que a executou, a hora exata e até mesmo possíveis erros gerados. Essas informações são geradas pelo SIGAdmin, o qual funciona como um suporte no gerenciamento dos demais módulos. O SIGAdmin gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, dentre outras funcionalidades, sendo acessado apenas por gestores e administradores do sistema.

O SIPAC oferece operações para gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos. Ele integra toda a área administrativa desde a requisição e aquisição de material e serviços até o controle do orçamento, o qual é distribuído no próprio sistema entre as unidades administrativas. Uma outra funcionalidade do SIPAC é a tramitação de processos internos. Dada a sua ampla funcionalidade, o SIPAC representa grande avanço para a administração universitária, pois permite o controle dos procedimentos administrativos vinculado ao orçamento da instituição (SINFO/UFRN, 2019). Contudo, a sua complexidade gerou muita resistência por parte dos clientes e usuários, principalmente com relação aos processos, pois os servidores há muito tempo realizavam seus processos sem automatizá-los. Foram necessários vários trabalhos de conscientização para a implantação dos módulos do SIPAC e apenas no ano de 2019, os processos passaram a ser tramitados exclusivamente por meio eletrônico.

O SIGRH informatiza todos os procedimentos envolvendo recursos humanos tais como férias, aposentadoria, avaliação e progressão funcional, controle da frequência, capacitações entre outras funcionalidades. Este módulo foi o que mais contou com apoio dos clientes e usuários (SINFO/UFRN, 2019).

Por fim, destaca-se o SIGAA, responsável por informatizar todos os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensino médio, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual (SINFO/UFRN, 2019).

O SIGAA é o módulo cuja implantação foi a mais complexa, visto que possui sistemas que dão suporte às atividades fins da universidade e o que apresenta a maior quantidade de usuários. Enquanto os demais módulos são sistemas administrativos de caráter interno, o

SIGAA abrange os sistemas da graduação, pós-graduação e demais sistemas acadêmicos, que são acessados pelos alunos da instituição.

Assim como o SIPAC, o SIGAA disponibiliza portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações *lato sensu*, *stricto sensu* e de graduação e comissões de avaliação (institucional e docente) (SINFO/UFRN, 2019). A partir de suas funcionalidades, o SIGAA substituiu uma quantidade considerável de etapas físicas e presenciais decorrentes de demandas de alunos e docentes

Para o professor, a ferramenta SIGAA auxilia e simplifica o preenchimento de notas, frequência, plano de aula, entre outras, permitindo mais tempo à produção de conteúdo das suas aulas, a projetos de pesquisa e de extensão. Para o discente, facilita o acesso às informações das turmas, das disciplinas e das atividades de sala de aulas.

O SIGAA é organizado em módulos, os quais estão sendo implantados aos poucos. A implantação do módulo de extensão ocorreu em março de 2017 e representa um grande avanço na transparência e acesso às ações de extensão promovidas pela UFPB. Com essa funcionalidade, qualquer pessoa pode visualizar os cursos oferecidos, os eventos programados, além de conhecer as demais atividades desenvolvidas pela PROEX. Para a comunidade universitária, o acesso aos editais de extensão publicados pela UFPB é democratizado, assim como a submissão das propostas, seleção, execução e avaliação. Uma outra funcionalidade do SIGAA é a possibilidade de certificação automática das atividades cadastradas, uma função que os sistemas anteriores não apresentavam, antes os certificados das atividades executadas eram confeccionados a parte pelos setores competentes com base nas informações contidas no sistema, o que caracterizava uma demanda a mais para a gestão.

Pelo Módulo Extensão do SIGAA, além dos avanços na gestão das ações, vale destacar que a extensão passa a ser gerenciada da mesma maneira e de modo integrado ao ensino e à pesquisa. Portanto, o SIGAA veio para consolidar o processo de institucionalidade da extensão universitária na UFPB, resta-nos, pois, avaliar se ele está cumprindo bem o seu papel.

Após sua adoção pela UFPB, todas as funcionalidades do SIG passaram por mudanças para se adequar às regulamentações internas da Instituição, uma vez que ele tinha sido elaborado para a UFRN. Com o módulo Extensão, não foi diferente, e no geral ele está sendo bem aceito pelos usuários, porém devido a seu pouco tempo de implantação, é importante uma avaliação criteriosa sobre sua aceitabilidade enquanto sistema de registro da extensão, a fim de contribuir para a melhoria da gestão feita pela PROEX/UFPB.

Essa análise será feita com base na percepção dos docentes sobre as funcionalidades do Módulo de Extensão do SIGAA, focando nas funções mais utilizadas por esses usuários, como

nas etapas de submissão de propostas de ação; na abertura e gerenciamento de inscrições para cursos e eventos; nas etapas de preenchimento para envio dos relatórios parciais e finais e na certificação.

No capítulo seguinte será demonstrado os aspectos metodológicos utilizados no desenvolvimento do presente trabalho.

CAPÍTULO III

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1. *Lócus* da Pesquisa

O *lócus* da pesquisa foi a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No contexto nacional, essa Instituição tem se destacado no campo da extensão universitária, tendo sediado importantes encontros e discussões sobre o processo de institucionalização. Assim, a escolha da UFPB como *lócus* desse estudo justifica-se pela importância desses fazeres nesta IES e pela contribuição na formação do pensamento crítico sobre os significados e formas da extensão universitária como descrito por Melo Neto (1997) e Jezine (2006).

Atualmente, a UFPB é composta por 16 centros acadêmicos, localizados em quatro *campi*, detalhados no quadro abaixo.

Quadro 04: Centros que compõem a Universidade Federal da Paraíba

<i>Campus I</i>	Cidade: João Pessoa
Centro de Ciências Exatas e da Natureza	
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	
Centro de Comunicação, Turismo e Artes	
Centro de Ciências da Saúde	
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	
Centro de Educação	
Centro de Tecnologia	
Centro de Ciências Jurídicas	
Centro de Biotecnologia	
Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional	
Centro de Ciências Médicas	
Centro de Informática	
e Centro de Energias Alternativas Renováveis	
<i>Campus II</i>	Cidade: Areia
Centro de Ciências Agrárias	

<i>Campus III</i>	Cidade: Bananeiras
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	
<i>Campus IV</i>	Cidades: Mamanguape e Rio Tinto
Centro de Ciências Aplicadas e Educação	

Fonte: UFPB (2018)

3.2. Sujeitos do estudo

A população do estudo foi constituída por todos os docentes extensionistas da UFPB que realizaram ou realizam extensão desde 2017, ano de implantação do módulo de extensão do SIGAA, bem como os assessores de extensão de cada centro.

Os professores foram escolhidos pelo fato de serem os usuários mais frequentes do módulo de extensão do SIGAA, portanto, foram convidados a participar da pesquisa por meio de um questionário elaborado para este fim (APÊNDICE A). Os assessores de extensão dos 16 centros foram convidados a participar da pesquisa mediante entrevista (APÊNDICE B), na qual foram indagados sobre o módulo, a sua opinião na qualidade de assessor e quais as demandas mais frequentes dos docentes de seu centro, bem como o que poderia ser feito para melhorar o sistema. Como o assessor geralmente é a primeira pessoa que os docentes procuram para resolver problemas ou pendências relativas à extensão, é importante a inclusão desse grupo para aprofundar a avaliação sobre o registro das ações de extensão feito no SIGAA.

Utilizou-se uma amostragem não-probabilística e a amostra utilizada no estudo foi por conveniência (OLIVEIRA, 2011), uma vez que incluiu todos os docentes extensionistas e assessores que aceitaram participar da pesquisa. Após convite, um total de 107 docentes extensionistas e 09 assessores de extensão aceitaram participar do estudo. Apesar de corresponder a um pequeno percentual dos docentes, a amostra foi considerada bem representativa da população analisada, conforme os dados obtidos, além de ser uma amostra suficiente por se tratar de uma pesquisa exploratória.

Os convites, tanto para a entrevista como para responder o questionário, foram enviados por e-mail, acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C). A entrevista foi realizada em dia e horário acordado entre o assessor e o entrevistador, e o questionário foi enviado no e-mail, junto com o convite. A participação de todos foi voluntária mediante assinatura do TCLE.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, esta foi executada após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFPB, CAAE: 17349019.5.0000.5188 (ANEXO 1).

3.4. Caracterização da pesquisa

Quanto à natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa aplicada. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa aplicada envolve verdades e interesses locais, gerando conhecimentos para a solução prática de problemas específicos. Nesse sentido, com base nas informações fornecidas pelos sujeitos da pesquisa sobre o módulo de extensão do SIGAA, foram enumeradas várias sugestões que serão propostas à PROEX para o aperfeiçoamento do registro das ações de extensão desenvolvidas na UFPB.

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa exploratória e descritiva, que visa à compreensão do cenário extensionista da UFPB no período de 2017 a 2019. Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória tem o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema no intuito de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Geralmente, esse tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que estimulem a compreensão, podendo ser classificada como bibliográfica e estudo de caso. Já a pesquisa descritiva, como afirmam Prodanov e Freitas:

[...] tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Uma das características mais significativas das pesquisas descritivas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática. (PRODANOV; FREITAS, 2013)

As pesquisas descritivas aproximam-se das exploratórias quando proporcionam uma nova visão do problema (PRODANOV e FREITAS, 2013). Na presente pesquisa, o módulo de extensão do SIGAA foi avaliado a partir das respostas dos questionários dirigidos aos professores extensionistas e das entrevistas realizadas com os assessores de extensão.

Quanto aos procedimentos técnicos, esse estudo tem como primeiro passo uma pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Fonseca:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes construídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em

bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002)

Nesse contexto, foram feitas consultas ao Banco de Teses e Dissertações da Capes, ao acervo da Biblioteca Central e artigos científicos sobre o tema de estudo produzidos por diversos autores, a exemplo de Sousa (1995), Melo Neto (2001), Jezine (2006) e Paula (2013). O foco da busca eram os temas: institucionalização da extensão universitária, a extensão na UFPB, registro de ações de extensão e outros. Também foram consultados documentos como a Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo FORPROEX (2012), Resoluções e outras bases normativas para a extensão no âmbito nacional e da UFPB. Adicionalmente, foram analisados os dados fornecidos pelo sistema SIGAA referentes às ações de extensão no período de 2017 a 2019, além dos relatórios de gestão da UFPB referentes ao mesmo período.

O presente estudo consiste também em uma pesquisa de campo, que segundo Fonseca (2002), caracteriza-se pelas investigações nas quais, além de pesquisa bibliográfica e/ou documental, é realizada a coleta de dados junto a pessoas com diferentes recursos. Nesse sentido, foi utilizado um questionário semiestruturado destinado aos professores extensionistas e uma entrevista foi realizada com os assessores de extensão da UFPB.

Com relação à abordagem do problema, a pesquisa proposta tem um enfoque qualitativo. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Tem como objetivo a produção aprofundada de novas informações (MINAYO, 2001).

Segundo Duarte (2014) a pesquisa qualitativa “é um conjunto de técnicas usadas nas ciências sociais, pelas quais são obtidos dados de um número relativamente pequeno de respondentes, dependendo da escala com que se trabalha, os quais não são analisados com técnicas estatísticas”. Desse modo, a análise das respostas dos questionários e entrevistas realizados caracteriza o enfoque qualitativo da pesquisa. Adicionalmente foi feita uma análise da produção extensionista da UFPB no período proposto, baseada nos relatórios gerados pelo SIGAA.

3.5. Métodos de procedimentos

Os métodos de procedimento constituem as etapas concretas da investigação. Considerando que não há uma única forma de abranger a complexidade de uma investigação, e embora reconhecendo a importância do pesquisador seguir um método como referência, é ideal que sejam empregados vários métodos a fim de ampliar as possibilidades de análise (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Nesse contexto, essa pesquisa fez uso inicialmente do método histórico. Este método consiste na “investigação de acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (MARCONI; LAKATOS, 2003). Assim, o primeiro passo foi a busca pela trajetória histórica da extensão universitária no Brasil e na UFPB para uma melhor compreensão sobre o seu processo de institucionalização, o papel que ela desempenha na sociedade e suas modificações ao longo dos anos.

Em seguida, foi adotado o método monográfico. Com relação a esse método, Lakatos (1990) afirma que:

Criado por Le Play, que o empregou ao estudar famílias operárias na Europa. Partindo do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes, o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos. (LAKATOS 1990, p. 32)

Nesse sentido, foi realizada uma análise da Extensão Universitária na UFPB no período de 2017 a 2019, com base nas informações fornecidas pelos relatórios gerados no módulo de extensão do SIGAA. Em seguida, foi realizada uma análise focada na percepção dos professores e assessores de extensão sobre o módulo de extensão do SIGAA enquanto sistema de registro. Partindo de uma avaliação geral para o particular, com cada professor, buscou-se compreender o cenário da extensão desenvolvida na UFPB no período proposto, bem como os pontos positivos e negativos do SIGAA como método de gerenciamento de dados relativos à Extensão.

3.6. Instrumento de coleta e análise dos dados

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário semiestruturado (APÊNDICE A) elaborado pelo autor da pesquisa, sob orientação, na ferramenta *Google Forms* e enviado aos professores via e-mail. Os professores que aceitaram participar da pesquisa tinham acesso inicialmente ao TCLE (APÊNDICE B) e em seguida ao questionário.

O questionário possuía questões objetivas e subjetivas. Ele foi dividido em três partes: a primeira parte destinava-se à identificação do respondente com relação ao seu centro de origem, se o professor havia submetido ações de extensão no período de 2017 a 2019 (ano da pesquisa e utilização do módulo de extensão do SIGAA), e a opinião do professor sobre a(s) finalidade(s) do registro das ações de extensão universitária.

A segunda parte era composta por questões cuja finalidade foi obter a opinião dos docentes sobre vários aspectos do módulo de extensão do SIGAA, como suas funcionalidades nas etapas de preenchimento e submissão de propostas, inscrições e gerenciamento de participantes em cursos e eventos, certificações, entre outras. Essas questões foram elaboradas utilizando a Escala de Likert, desenvolvida pelo cientista Rensis Likert entre 1946 e 1970.

A escala de Likert insere-se num conjunto de escalas de autorelato, ou seja, escalas nas quais o respondente avalia algo com base na sua própria opinião, sem influências externas, utilizando um questionário. Ela é muito utilizada em análises de opinião nas mais diversas áreas para se medir a aceitabilidade de determinado produto. Ela é fácil de ser elaborada e a amplitude das respostas proporciona uma informação relativamente precisa da opinião do respondente em relação a cada sentença apresentada (AGUIAR et al, 2011).

Para a realização dessa análise, as questões são elaboradas na forma de sentenças sobre o objeto em avaliação e as respostas refletem o grau de concordância com o que foi mencionado, as mais frequentes são: discordo totalmente, discordo parcialmente, não discordo e nem concordo, concordo parcialmente e concordo totalmente. Assim, ao escolher apenas uma das respostas, o respondente, em cada questão, afirma seu grau de concordância ou discordância com a sentença. Para cada categoria de resposta é atribuído um valor que pode variar de -2 a +2 ou de 1 a 5, desse modo, a cada resposta, o número equivalente indica a direção na opinião do respondente. A pontuação total da aceitabilidade é dada pelo somatório das pontuações obtidas em cada questão (MATTAR, 2000, MALHOTRA 2001).

No presente estudo, foram utilizadas 08 questões, a partir das quais foi possível calcular a aceitabilidade do módulo de extensão do SIGAA por parte dos docentes extensionistas da

UFPB. Para tal, utilizou-se o perfil de respostas com seus respectivos valores mostrado no quadro abaixo:

Quadro 05: Categoria das respostas e valores correspondentes da escala de Likert

Categoria das respostas	Pontuação
Discordo totalmente	1
Discordo parcialmente	2
Não discordo e nem concordo	3
Concordo parcialmente	4
Concordo totalmente	5

Fonte: A autoria própria (2019)

Para se medir a aceitabilidade do sistema, somou-se os valores respectivos às respostas e o valor total obtido indica a direção do respondente referente a aceitabilidade do sistema de registro. Considerando que haviam 08 questões, o valor máximo (concordância total com os itens) que um indivíduo poderia apresentar era 40 e o valor médio era 24 pontos. Portanto, com base na pontuação de cada resposta e no número de questões criou-se uma escala dividida em três partes: inferior a 24 pontos (aceitabilidade negativa); igual a 24 pontos (aceitabilidade neutra); e superior a 24 pontos (aceitabilidade positiva). A partir da análise dos *scores* chegou-se ao indicador da aceitabilidade geral do módulo de extensão do SIGAA.

Por fim, a terceira parte do questionário focou nos possíveis problemas existentes no módulo de extensão do SIGAA, nesta parte uma questão aberta solicitava aos docentes que colocassem sugestões de melhorias para o referido sistema.

As entrevistas direcionadas aos assessores de extensão permitiu a coleta de dados desse grupo específico com base nos relatos individuais sobre o módulo. A visão dos professores e a dos assessores sobre o objeto em estudo foram transcritas e correlacionadas quando adequado. Para garantir o anonimato na divulgação dos dados conforme o TCLE, os professores e assessores foram identificados por algarismos numéricos.

CAPÍTULO IV

Nesse capítulo será apresentado o cenário geral da extensão na UFPB no período de 2017 a 2019. Em seguida será discutida a aceitabilidade do módulo de extensão do SIGAA com base nas respostas dos professores ao questionário e também nas entrevistas realizadas com os assessores de extensão. Serão destacados os principais pontos positivos e negativos do sistema, bem como sugestões de melhorias para o registro de ações, conforme os relatos dos participantes do estudo.

4.1. PANORAMA GERAL DA EXTENSÃO NA UFPB

Com base nos relatórios gerados pelo módulo de extensão do SIGAA, referentes aos anos 2017, 2018 e 2019, são descritos no presente tópico os números relativos ao total das ações de extensão registradas no sistema, organizadas por modalidade, o total de bolsas e público beneficiado no período avaliado, como também a participação discente e docente nas ações de extensão.

4.1.1. Ações de extensão registradas no SIGAA

Conforme pode-se observar na tabela 01, no ano de 2017 foram registradas no módulo de extensão do SIGAA um total de 1083 ações de extensão, dentre essas, 820 eram da modalidade projeto, o que corresponde a cerca de 76% das ações. As demais atividades caracterizavam cursos (12%); eventos (11%); produtos e programas (1% cada).

No ano de 2018, foram registradas 1445 ações de extensão, um aumento de 33,43% com relação ao ano anterior. A predominância dos projetos sobre as outras modalidades foi mantida, com um total de 998 projetos (69%). Houve um aumento no percentual de eventos para 17%, superando o percentual de cursos nesse ano, que foi de 13%; em seguida observou-se produtos e programas com cerca de 1% cada.

Em 2019 ocorreram 1787 ações, representando um aumento de 23,27% com relação ao ano 2018. O perfil na distribuição entre as modalidades foi o mesmo observado no ano anterior, com 1141 projetos (64%); seguido de eventos (19%); cursos (15%); produtos e programas (1% cada).

Tabela 01: Total de ações de extensão por modalidade submetidas à PROEX/UFPB no período de 2017 a 2019

Tipos da ação	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Curso	125	184	267
Evento	120	239	346
Produto	10	10	21
Programa	8	14	12
Projeto	820	998	1141
Total	1083	1445	1787

Fonte: SIGAA - UFPB (2019)

Como base nos dados mostrados, constata-se uma evolução positiva no número de ações de extensão registradas pelo módulo de extensão do SIGAA. Esse aumento revela que uma das metas para a Extensão na UFPB, estabelecida em seu PDI 2014-2018, foi alcançada. No documento, objetivava-se ampliar as ações de extensão, com ênfase na ampliação do número de projetos (UFPB, 2014, pag. 68 e 73). Vale mencionar, pois, que o aumento não ocorreu apenas no número de projetos, mas também no total de cursos e eventos.

4.1.2. Número de bolsas

Dentre as ações de extensão elencadas acima, destacam-se as submetidas aos Editais PROBEX e UFPB no seu município, visto que são os editais da PROEX que oferecem bolsas aos discentes.

Em 2017 foram registradas 536 bolsas PROBEX, total este que aumentou para 600 nos dois anos seguintes, representando um aumento de 11%. Já para o Programa UFPB no seu município, foram disponibilizadas 80 bolsas em 2017, e esse número aumentou nos dois anos subsequentes para 130 bolsas, ou seja, um aumento de 62,5%.

O PROBEX se constitui em uma das principais estratégias da política de extensão da UFPB, cujo objetivo principal é incentivar e fomentar projetos de extensão em qualquer das oito áreas temáticas descritas pelo FORPROEX (Tópico 1.5). A proposta do Programa UFPB no seu município é fomentar projetos fora da UFPB, principalmente, em outros municípios da Paraíba, nas áreas de Cultura e Educação, focando na valorização da cultura e da arte, da economia criativa e do empreendedorismo cultural (UFPB, 2019).

Convém ressaltar que o aumento na disponibilidade de bolsas contribuiu para o aumento nas ações de Fluxo Contínuo de Extensão (FLUEX), uma vez que os projetos aprovados, mas desclassificados para a obtenção da bolsa PROBEX, poderiam ser transformados em FLUEX, mediante solicitação do coordenador. A elevação no número de ações e bolsas também resultou numa maior participação docente e discente e, conseqüentemente no público beneficiado pelas atividades extensionistas.

4.1.3. Participação discente

Com base nos relatórios gerados pelo módulo de extensão do SIGAA referentes ao total de discentes cadastrados como membros de equipe de execução, verificou-se que no ano 2017 havia um total de 4117 discentes participantes das ações de extensão, estes assumiram diferentes funções na equipe, como por exemplo, aluno bolsista, voluntário, aluno em atividade curricular e monitor. Em 2018, o total registrado foi de 5643 discentes, um aumento de cerca de 37% em relação ao ano anterior.

No ano de 2019, foi colocada nos editais a obrigatoriedade de inclusão do plano de trabalho para cada discente, função esta que ficaria a cargo dos coordenadores das ações. Com isso, verificou-se que alguns coordenadores cadastraram os discentes com seu respectivo plano de trabalho enquanto outros inseriram os alunos apenas como membros participantes da ação, sem cadastrar o plano, gerando assim uma incongruência nos dados. O número de discentes como membros de equipe para o ano de 2019 foi de 1138 em ações concluídas e 3674 em ações ainda em execução quando da geração dos relatórios, totalizando 4812 discentes. Já quando analisado o número de discentes com planos de trabalho cadastrados, observou-se 225 em ações concluídas e 3281 em ações em execução, um total de 3506 discentes.

Quando se compara a participação discente em 2019 com a evolução no número de ações para o mesmo ano, o esperado era que o aumento no número de ações fosse acompanhado do aumento na participação discente, isso inclusive pode ter acontecido, mas provavelmente não foi visualizado nos relatórios gerados devido à incongruência descrita acima, havia discentes cadastrados apenas como membros de equipe, discentes cadastrados apenas com planos de trabalho e discentes cadastrados de ambos os modos. Essa inconsistência nos dados, foi inclusive relatada por um dos assessores entrevistados nessa pesquisa, que também observou o fato ao realizar o seu trabalho de extensão (Assessor 08), como será descrito posteriormente.

4.1.4. Público atingido

Devido ao fato de muitas ações em 2019 ainda estarem em andamento quando gerados os relatórios, não foi possível dimensionar o público atingido nesse ano, porém, nos dois anos anteriores, verificou-se que as ações de extensão desenvolvidas pela UFPB e registradas no SIGAA atingiram uma parcela significativa da população.

Em 2017, os coordenadores de ação registraram um total de 296.648 pessoas beneficiadas pelas ações de extensão desenvolvidas, e em 2018, foram 1.144.722 pessoas beneficiadas, o que representou um aumento de 285% no público atingido pela extensão da UFPB.

Convém relatar que o público estimado para 2017 e 2018 eram de 2.181.747 e 3.498.394, respectivamente, assim, o aumento na estimativa representou uma elevação no público real atingido. Para 2019, o público estimado foi de 5.492.507¹² de pessoas, desse modo, o esperado é que haja um aumento também no público atingido quando comparado aos anos anteriores.

O aumento significativo no público atingido pelas ações de extensão da UFPB reflete o esforço da comunidade universitária, seja a PROEX, sejam os docentes, discentes e técnicos administrativos para fortalecer a extensão universitária na Instituição e o seu papel na sociedade.

4.1.5. Participação docente

Com relação à participação docente, no ano de 2017, foi registrado um total de 1146 docentes participantes de ações de extensão. Em 2018, houve um aumento na participação docente de 17,5%, uma vez que foram registrados 1347 docentes extensionistas. Este número foi praticamente mantido em 2019 com 1353 docentes registrados no módulo de extensão do SIGAA.

A Tabela 02 demonstra em linhas gerais a evolução no número total de ações e bolsas de extensão, como também na participação discente, docente e público atingido.

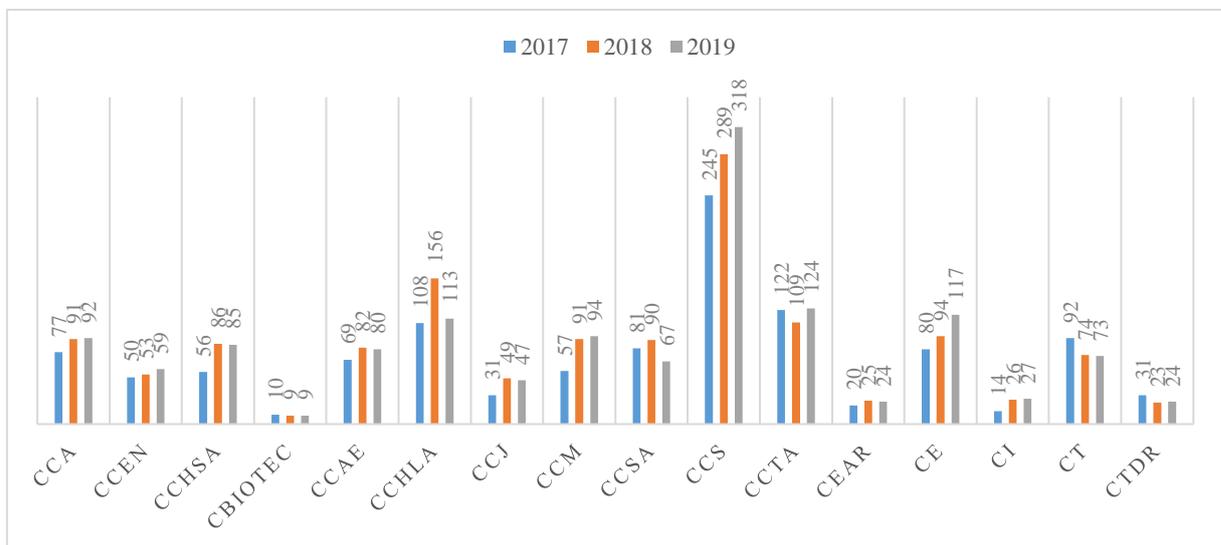
¹² O público estimado e o público atingido são informados pelos docentes coordenadores de ações de extensão na proposta de ação e no relatório final, respectivamente.

Tabela 02: Produção extensionista da UFPB nos anos de 2017 a 2019

	2017	2018	2019
Ações	1083	1445	1787
Bolsas	616	730	730
Discentes	4117	5643	4812
Docentes	1146	1347	1353
Público atingido	296.648	1.144.722	----

Fonte: SIGAA - UFPB (2019)

O número de docentes extensionistas foi obtido a partir do SIGAA quando gerado um relatório sobre a participação docente por lotação, ou seja, por centro acadêmico e seus respectivos departamentos. A UFPB, como descrito anteriormente, possui 16 centros acadêmicos, distribuídos em 04 *campi* e o número de docentes extensionistas distribuídos por centro é mostrado no gráfico abaixo:

Gráfico 01: Total de docentes por Centro Acadêmico da Universidade Federal da Paraíba participantes em atividades de extensão

Fonte: SIGAA - UFPB (2019)

Com base no gráfico 1, verifica-se que os centros que mais possuem docentes extensionistas são o CCS, CCHLA e o CCTA. Conforme Relatório de Gestão do ano de 2017, no quadro de professores de 3º Grau da UFPB, contabilizaram-se 2.672 docentes (UFPB, 2018),

portanto no referido ano, cerca de 43% dos professores realizaram ações de extensão. Como o número de docentes extensionistas aumentou nos anos seguintes, pode-se afirmar que nos últimos três anos, a participação do corpo docente na extensão da UFPB foi bastante expressiva. Entretanto, dada a importância dessa prática para a formação profissional dos discentes e ao papel social da extensão universitária, faz-se necessária a adição de medidas para aumentar ainda mais a adesão da comunidade universitária nas ações de extensão da UFPB.

Os docentes extensionistas coordenadores de ações de extensão foram convidados a responder um questionário sobre o módulo de extensão do SIGAA, e assim possibilitar a análise da aceitabilidade do módulo enquanto sistema de registro da extensão e ferramenta para consolidar a institucionalização dessa prática na UFPB. A análise da perspectiva docente sobre o módulo de extensão do SIGAA é demonstrada no tópico a seguir.

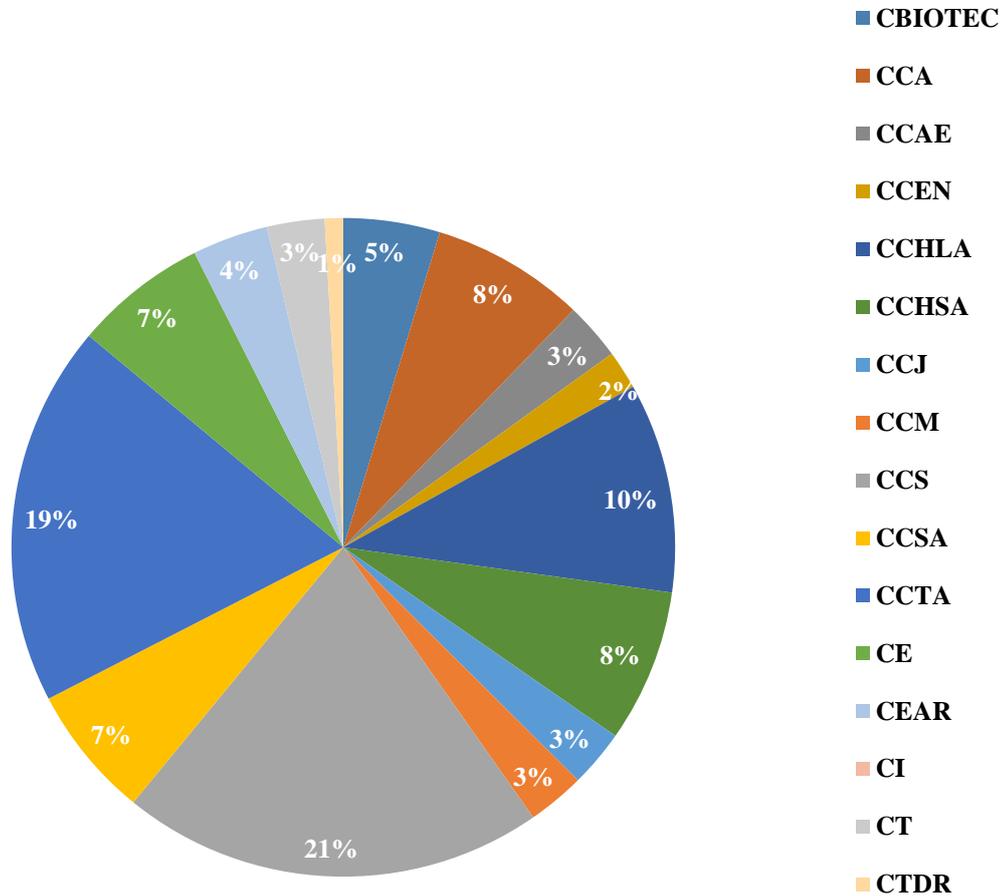
4.2. PERSPECTIVA DOCENTE SOBRE O MÓDULO DE EXTENSÃO DO SIGAA

Para avaliar a aceitabilidade do módulo de extensão do SIGAA pelos docentes da UFPB, foram utilizadas duas abordagens, a primeira delas consistiu em disponibilizar um questionário semiestruturado para todos os docentes extensionistas da instituição, os quais foram convidados por e-mail a responde-lo após aceite do TCLE. A segunda abordagem foi por meio de entrevistas direcionadas apenas aos assessores de extensão de cada centro da universidade.

Um total de 107 docentes concordaram em participar da pesquisa, respondendo ao questionário e, dentre os 16 assessores de extensão, 09 concordaram em participar da entrevista. A opinião tanto dos professores quanto dos assessores de extensão sobre o módulo de extensão do SIGAA foi analisada como demonstrado a seguir.

A primeira parte do questionário direcionada aos docentes teve como objetivo a identificação do respondente com base no seu centro de origem, foi possível constatar que do total de respondentes, a maior parte correspondeu a professores do CCTA com 19% e do CCS com 21%. O restante dos participantes da pesquisa por centro está exposto no gráfico abaixo.

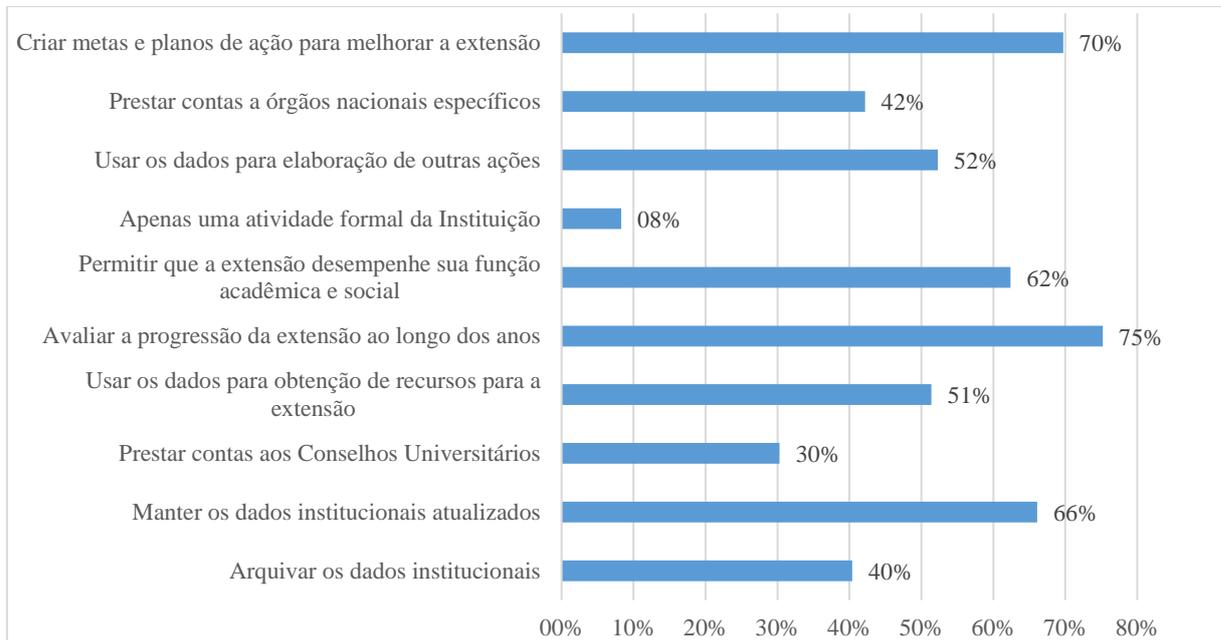
Gráfico 02: Centro de origem dos participantes da pesquisa que aceitaram responder ao questionário



Fonte: Autoria própria (2019)

Em seguida os participantes foram questionados sobre qual a finalidade do registro das ações de extensão universitária. Conforme o gráfico 03, observa-se que a maioria dos professores (cerca de 70%) consideram o registro das ações de extensão importante para: avaliar a progressão da extensão ao longo dos anos; criar metas e planos de ação para melhorar a extensão; e manter os dados institucionais atualizados.

Gráfico 03: Finalidades do registro das ações de extensão universitária sob a perspectiva do corpo docente da UFPB.



Fonte: Autoria própria (2019)

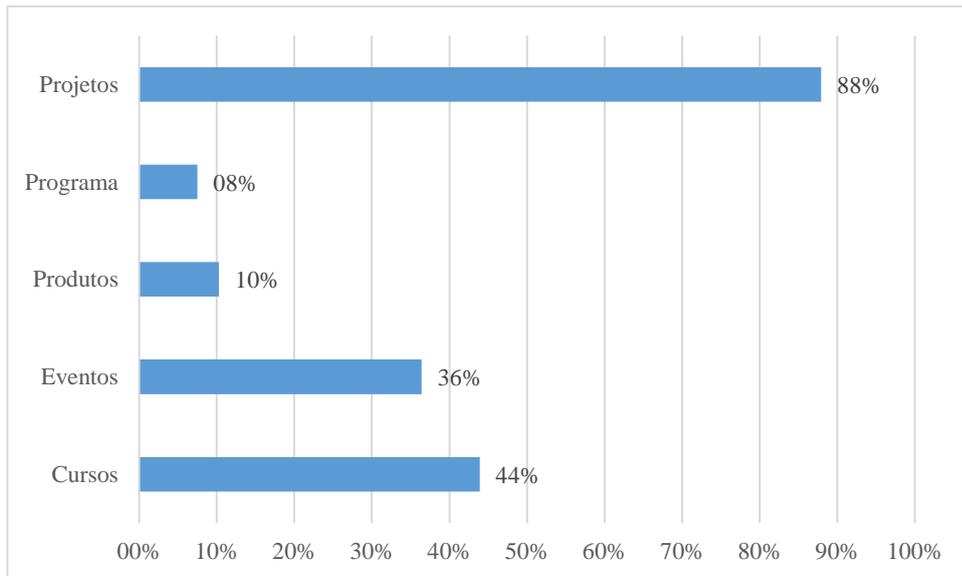
Numa perspectiva nacional, Baudel (2016) enfatiza que uma boa gestão da informação facilita o desempenho das universidades quanto ao papel de gestoras e o de pilar estratégico, por meio da sistematização de seus dados. Isso garante maior segurança, organização e padronização, além de viabilizar uma avaliação e contabilização da produção extensionista com qualidade. A partir desse ponto, é possível como dito pelos professores, avaliar a progressão da extensão ao longo dos anos e criar metas e planos de ação para melhorar o que for necessário.

Dentro das metas, a captação de recursos é de suma importância para fortalecer a extensão, sendo o registro e a compilação de dados eficientes, importantes requisitos para tal. Uma das discussões sobre a extensão é a sua inserção na matriz orçamentária do governo, a ausência da extensão na LOA reflete problemas ainda existentes no seu processo de institucionalização, assim esforços ainda devem ser empregados para mudar esse cenário. E com um registro eficaz e seguro da extensão, pode-se gerar dados confiáveis que embasem essa mudança.

A captação de recursos, a construção de indicadores de avaliação e a formulação de novas atividades a partir do que foi registrado e das necessidades da comunidade interna e externa à universidade, permitem que a extensão universitária desempenhe bem sua função social, como apontado por 62% dos professores no gráfico 03.

A próxima pergunta do questionário buscava obter informações sobre qual ou quais tipos de ação de extensão o professor executou desde 2017 ou executava até o momento. Dos participantes que continuaram a responder o questionário, a grande maioria (88%) desenvolviam projetos de extensão e 44% e 36% realizavam cursos e eventos, respectivamente, seguido de produtos (10%) e programas (8%) (gráfico 04).

Gráfico 04: Atividades extensionistas executadas no período de 2017 a 2019



Fonte: Autoria própria (2019)

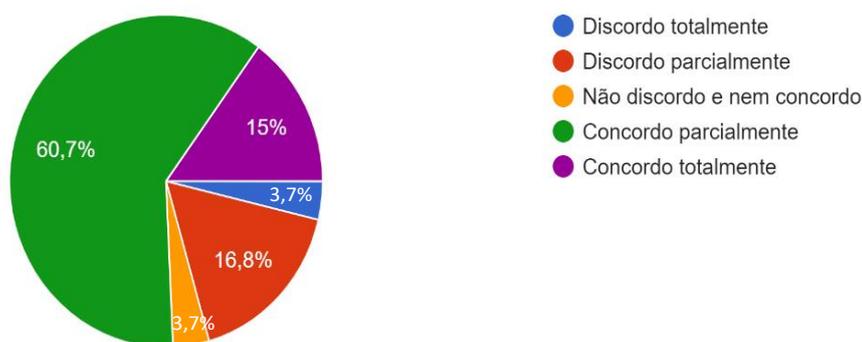
A próxima parte do questionário foi elaborada com base na Escala de Likert, a fim de medir a aceitabilidade do módulo de extensão do SIGAA pelos docentes da UFPB. Desse modo, foram construídas sentenças sobre o módulo e os respondentes poderiam marcar apenas uma opção entre as respostas, que foram: discordo totalmente; discordo parcialmente; não discordo e nem concordo; concordo parcialmente; e concordo totalmente. Uma pontuação foi atribuída a cada uma das sentenças para somatório e análise da aceitabilidade global do módulo de extensão do SIGAA, conforme descrito no Capítulo III.

Abaixo, cada uma das sentenças será discutida individualmente, juntamente com o percentual de professores em cada uma das respostas. A opinião dos assessores de extensão entrevistados também será discutida a fim de aprofundarmos a análise sobre as diversas características do módulo.

A primeira sentença com base na escala de Likert atestou que o módulo de extensão do SIGAA atendia às expectativas enquanto sistema de registro de dados da extensão na UFPB, cerca de 60,7% dos respondentes concordaram parcialmente com essa afirmativa e 15%

concordaram totalmente. Houve uma discordância em 20,5% dos respondentes, como pode ser visualizado no gráfico 05.

Gráfico 05: Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “O módulo de Extensão do SIGAA atende às expectativas enquanto sistema de registro de dados da extensão na UFPB”



Fonte: A autoria própria (2019)

Com base no percentual de respostas demonstrado no gráfico 5, verifica-se que o módulo de extensão do SIGAA, mesmo que de maneira parcial, atende às expectativas de mais de 70% do corpo docente pesquisado.

Isso também foi observado nos relatos dos assessores de extensão entrevistados. A primeira pergunta direcionada a cada assessor buscava saber a sua opinião sobre o módulo de extensão do SIGAA e para todos eles, o sistema recém implantado é bem aceito e apresenta muitos pontos positivos. O primeiro ponto a ser destacado foi o fato do módulo fazer parte de um sistema integrado de gestão, o qual gerencia tanto atividades de extensão como atividades de pesquisa e ensino, dentre outras funcionalidades. Isso possibilita ao docente compilar mais facilmente as suas atividades. Como disse o Assessor 08:

Como docente, acho que temos uma ferramenta boa, pois podemos concentrar ações tanto de ensino, pesquisa e extensão numa ferramenta só, o que é muito bom para progressões ou qualquer outra coisa, pois emitimos essas informações como relatório e está tudo lá. (Assessor 08)

Além dessa possibilidade, gerenciar as ações de extensão no mesmo sistema de ensino e pesquisa, de certo modo, reflete a valorização da extensão enquanto um dos pilares da universidade, integra suas práticas à vivência universitária, contribuindo para sua institucionalização. O fato do sistema ser próprio da UFPB e os dados ficarem de posse da

Instituição também é um ponto positivo para esse processo, como destacado por alguns assessores (Assessor 08; Assessor 03).

Outro ponto positivo do módulo extensão do SIGAA é a ponte que ele cria entre a assessoria do centro e a PROEX. Para o Assessor 05:

[...] a assessoria tem como acompanhar os projetos que foram submetidos à avaliação e aqueles que se mantiveram, seja como PROBEX, FLUEX ou UFPB no seu município ficam disponibilizados, o que permite um acompanhamento e conhecimento dos projetos, da equipe, além disso favorece agilidade e transparência pra que toda a comunidade tenha acesso. O módulo é uma ferramenta imprescindível para o acompanhamento e execução dos projetos por parte da equipe organizadora das ações. (Assessor 05)

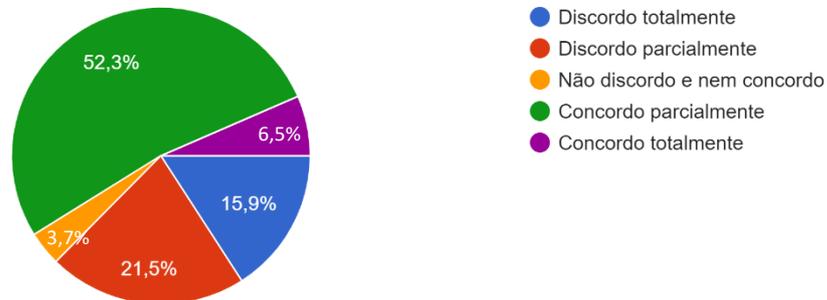
Para o assessor de extensão especificamente, o módulo retira a sobrecarga do mesmo e coloca sobre o proponente da ação a responsabilidade do preenchimento da proposta. Como atesta o Assessor 04:

... eu tive muita facilidade com o SIGGA, é uma ferramenta importante pra quem está na assessoria, pois tira a sobrecarga, contanto que os professores se rendam ao sistema... São muitos detalhes que para quem tem mais idade ou menos contato com tecnologia fica mais difícil, mas quando vão na assessoria a primeira vez, fica mais fácil. A frequência de uso do SIGAA facilita o aprendizado, pois no SIGPROJ só submetia a ação e depois o relatório final, no SIGAA mudamos a equipe, por exemplo. O SIGAA é interessante porque divide a responsabilidade, por exemplo, no edital diz que a responsabilidade da carga horária dos membros da equipe é de quem cadastrou a ação. Eu sou fã do SIGAA. (Assessor 04)

Assim, o proponente das ações preenche o SIGAA com informações pertinentes à proposta e dependendo do edital, os próprios professores se avaliam, a exemplo do PROBEX. O gerenciamento das ações aprovadas é feito pelo coordenador da ação com o auxílio da PROEX e do assessor de extensão.

A segunda sentença do questionário afirmava que as etapas de submissão de uma proposta de ação no módulo de extensão do SIGAA são de preenchimento simples e intuitivo, esta apresentou 6,5% de concordância total e 52,3% de concordância parcial. Em contrapartida, 15,9% dos respondentes discordaram totalmente com essa afirmativa e 21,5% discordaram parcialmente, como pode ser visualizado no gráfico 06.

Gráfico 06: Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “As etapas de submissão de uma proposta de ação no Módulo de Extensão do SIGAA são de preenchimento simples e intuitivo”



Fonte: Autoria própria (2019)

Podemos inferir inicialmente que a maioria dos respondentes considera a submissão das propostas de ação no módulo de extensão do SIGAA um processo fácil, entretanto uma parcela significativa (37,4%) discorda, em algum grau, dessa afirmativa.

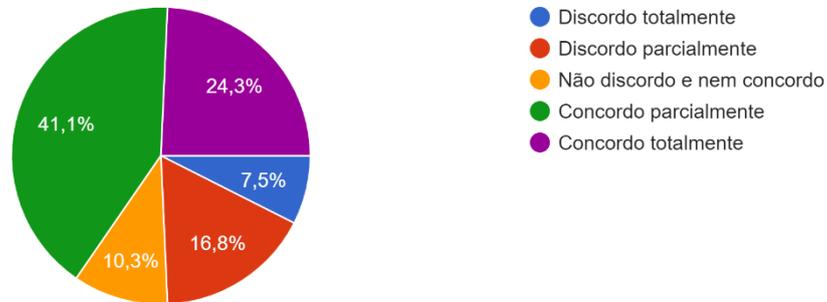
Em entrevista aos assessores de extensão, o modo como são submetidas as propostas foi considerada uma boa funcionalidade (Assessor 07) visto que o processo facilita as etapas subsequentes das ações de extensão como o seu gerenciamento e emissão de certificados:

Em relação ao módulo de extensão do SIGAA, considero de grande importância todos os itens e informações que são por este solicitadas na organização de projetos, contribuindo com a celeridade nos processos de edital, seleção, avaliação, gestão, monitoramento e finalização das ações, já gerando certificação para os participantes e coordenadores, além de possibilitar o acompanhamento por período, de ações já realizadas (Assessor 07).

Por outro lado, vale mencionar, que grande parte dos pontos negativos levantados para o módulo, tanto pelos assessores como pelos professores em geral, incluem a etapa de submissão de propostas, e serão descritos no próximo tópico junto com a proposição de melhorias.

Quando foi abordada a avaliação das propostas submetidas, um número maior de participantes (24,3%) concordou totalmente com a ideia de que a avaliação das propostas submetidas ao Edital PROBEX no módulo de extensão do SIGAA era de fácil execução; 41,1% concordaram parcialmente e cerca de 24% dos respondentes discordaram total ou parcialmente com esta sentença.

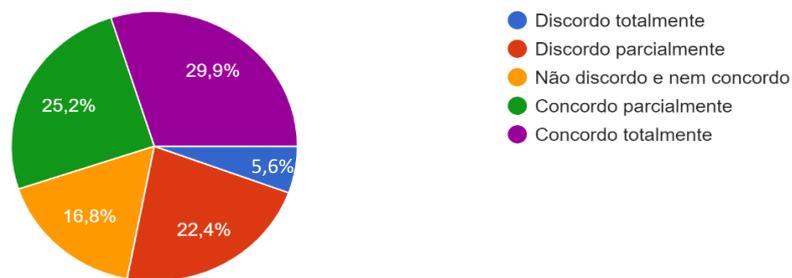
Gráfico 07: Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “A avaliação das propostas submetidas ao Edital PROBEX no Módulo Extensão do SIGAA é de fácil execução”



Fonte: Autoria própria (2019)

Quando abordado o fato da imparcialidade na avaliação, 29,9% concordaram totalmente somado a 25,2% que concordaram parcialmente com a ideia de que a avaliação das propostas submetidas ao Edital PROBEX no módulo de extensão do SIGAA ocorre de maneira imparcial, sendo garantido o anonimato do proponente, 28% discordaram parcial ou totalmente da afirmativa (gráfico 08).

Gráfico 08: Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “A avaliação das propostas submetidas ao Edital PROBEX no Módulo Extensão do SIGAA ocorre de maneira imparcial, sendo garantido o anonimato do proponente”

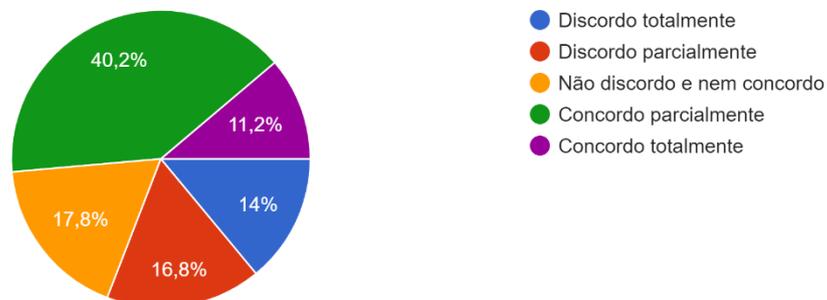


Fonte: Autoria própria (2019)

Alguns professores e assessores de extensão afirmaram que poderiam haver falhas no processo de avaliação quanto o anonimato dos proponentes da ação e apresentaram sugestões para sanar esse problema, como será descrito mais adiante.

Com relação aos cursos e eventos, a primeira sentença abordava a abertura de inscrições. Do total de respondentes, 11,2% concordaram totalmente e 40,2% concordaram parcialmente que a abertura de inscrições em cursos e eventos no módulo de extensão do SIGAA era de fácil execução. Por outro lado, 16,8% discordaram parcialmente e 14% discordaram totalmente com a afirmativa (gráfico 09).

Gráfico 09: Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “A abertura de inscrições em cursos e eventos no Módulo Extensão do SIGAA é de fácil execução”

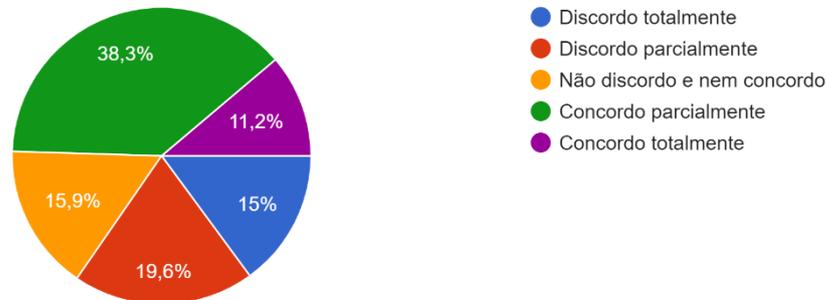


Fonte: Autoria própria (2019)

Para realizar um curso ou evento o coordenador da proposta inicialmente submete a ação e, caso aprovada, ele abre as inscrições, que ficam disponíveis na área pública do SIGAA, permitindo o acesso a qualquer pessoa que desejar participar e/ou se encaixe nos parâmetros estabelecidos pelo coordenador da ação. Para efetuar a inscrição, é preciso que antes o interessado, em caso de primeiro acesso, efetue o seu cadastro no banco de dados público para em seguida se inscrever na atividade. O acesso às inscrições pelo público externo aos cursos e eventos foi uma das principais queixas sobre o sistema e será discutido posteriormente.

O mesmo perfil de respostas observado no gráfico anterior foi mantido no gráfico 10, que retrata o grau de concordância dos professores com a ideia de que o gerenciamento dos participantes nos cursos e eventos também é de fácil execução.

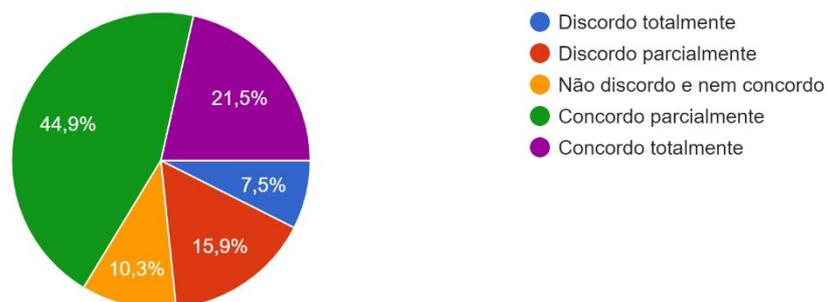
Gráfico 10: Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “O gerenciamento de participantes em cursos e eventos no Módulo Extensão do SIGAA é de fácil execução”



Fonte: Autoria própria (2019)

Um percentual de 44,9% somado a 21,5% concordaram parcial ou totalmente, respectivamente, que o preenchimento e a submissão dos relatórios parciais e finais no módulo de extensão do SIGAA ocorre de modo descomplicado, sugerindo que esta etapa é bem aceita pelo corpo docente.

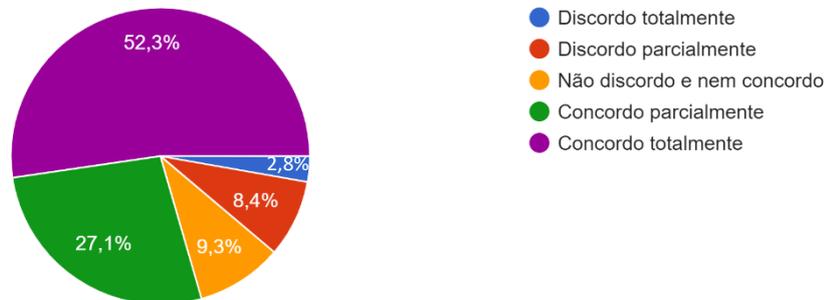
Gráfico 11: Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “O preenchimento e a submissão dos relatórios parciais e finais no Módulo Extensão do SIGAA ocorre de modo descomplicado”



Fonte: Autoria própria (2019)

Aproximadamente 80% dos respondentes concordaram que a emissão de declarações e certificações pelo módulo de extensão do SIGAA é um processo simples.

Gráfico 12: Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “A emissão de declarações e certificações pelo Módulo Extensão do SIGAA é simples”



Fonte: A autoria própria (2019)

A emissão de certificados pelo próprio sistema de registro não ocorria nos sistemas utilizados anteriormente pela UFPB, portanto, o módulo de extensão do SIGAA representou um grande avanço ao emitir certificados, inclusive com código de verificação, dispensando o uso de carimbos e assinaturas. Isso foi destacado posteriormente por alguns assessores entrevistados. Para o Assessor 01:

O grande avanço em relação ao SIGPROJ, no meu ver, foi referente a certificação que no SIGAA é automático e vinculado ao sistema. Muitos problemas de certificação surgiram no SIGPROJ e ainda hoje vêm pessoas atrás de certificados que no SIGAA é só entrar no sistema e baixar. (Assessor 01)

O Assessor 05 afirmou que com a certificação, há segurança tanto para o proponente da ação como para o participante, e isso é um estímulo para todos, uma vez que ao término da ação o certificado já é disponibilizado.

4.2.1. Análise do questionário utilizando a escala de Likert

A aceitabilidade do módulo de extensão do SIGAA por parte dos docentes extensionistas da UFPB foi feita com base nas respostas a cada uma das questões apresentadas acima, usando a escala de Likert, como descrito no Capítulo III.

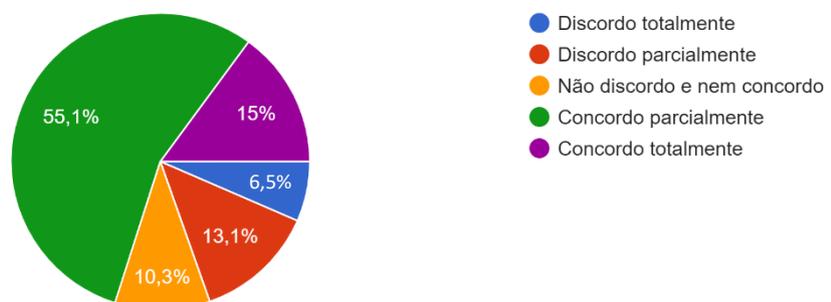
Observou-se que 71,02% dos docentes que responderam ao questionário apresentaram pontuação superior a 24 pontos, indicando uma aceitabilidade positiva com relação ao módulo de extensão do SIGAA, ao passo que 28,97% apresentaram pontuação inferior a 24 pontos, o que representa uma aceitabilidade negativa do sistema de registro utilizado atualmente na UFPB.

Em posse dos dados apresentados, constata-se que o módulo de extensão do SIGAA é bem aceito pelo corpo docente que realiza ações de extensão na UFPB. Entretanto, algumas funções podem ser aperfeiçoadas, como sugerido pelos professores e assessores de extensão entrevistados. No próximo tópico, serão abordadas as limitações ou queixas dos sujeitos de estudo sobre o módulo avaliado, e também diversas sugestões de melhorias para o sistema.

4.3. PONTOS NEGATIVOS DO MÓDULO DE EXTENSÃO DO SIGAA COM PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS

Sob uma perspectiva diferente, foi colocada no questionário uma sentença atestando que o módulo de extensão do SIGAA apresentava problemas quanto ao registro das ações de extensão, 15% dos professores concordaram totalmente com essa afirmativa e 55,1% concordaram parcialmente, como pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 13: Percentual de respostas escolhidas pelos docentes extensionistas da UFPB com relação à sentença: “O Módulo Extensão do SIGAA apresenta problemas quanto ao registro das ações de extensão”



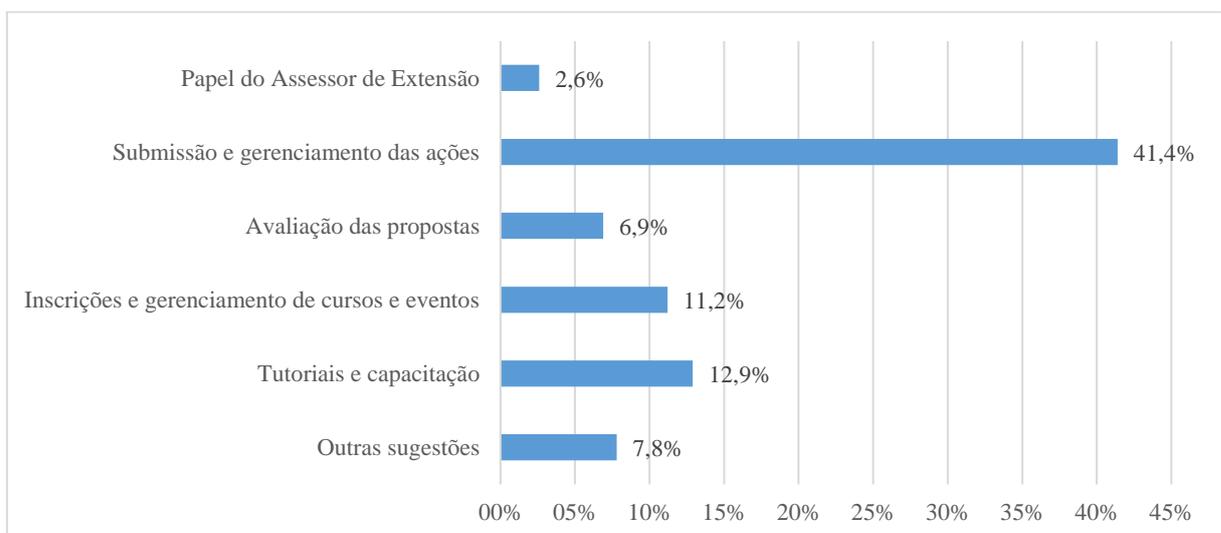
Fonte: Autoria própria (2019)

Isso demonstra que, apesar da boa aceitabilidade do sistema pela comunidade docente, como demonstrado anteriormente, a grande maioria concorda que o módulo de extensão do SIGAA precisa ser aperfeiçoado.

Essa questão não foi incluída na análise de aceitabilidade geral do sistema, mas sim usada para introduzir a última pergunta do questionário, a qual solicitava que os docentes expusessem sugestões para melhorar o módulo de extensão do SIGAA. Pontos negativos do sistema também foram solicitados aos assessores entrevistados, que na sequência forneceram sugestões para o melhorar o módulo avaliado.

O gráfico abaixo mostra o percentual de participantes do estudo (professores e assessores de extensão) que apresentaram queixas e sugestões de melhorias em diferentes aspectos do módulo de extensão do SIGAA. Como demonstrado abaixo, a grande maioria dos participantes (41,4%) fizeram críticas quanto a submissão e o gerenciamento das ações feitas no sistema; 11,2% mencionaram pontos negativos no processo de inscrições e gerenciamento de cursos e eventos, colocando várias sugestões de aperfeiçoamento; 12,9% enfatizaram a importância de tutorias e capacitação direcionados aos usuários do sistema; e um percentual menor de participantes elencaram outras sugestões de caráter mais geral, destacando-se a criação de um perfil para o assessor de extensão dentro do módulo, como solicitado por 2,6% dos indivíduos (gráfico 14).

Gráfico 14: Percentual de professores que realizaram comentários referentes às diversas funcionalidades do módulo de extensão do SIGAA



Fonte: Autoria própria (2019)

Os pontos negativos do módulo de extensão do SIGAA bem como as sugestões de melhorias levantados pelos docentes e assessores de extensão foram expostos por partes, respeitando as funcionalidades do SIGAA e os tópicos abordados.

4.3.1. Perfil de assessor no módulo de extensão do SIGAA

Inicialmente, destaca-se uma questão levantada por três assessores referente ao papel do assessor dentro do módulo de extensão do SIGAA. O Assessor 08 relatou que o assessor de extensão não possuía funções específicas dentro do sistema. Segundo ele:

Como assessor não tenho uma visão diferente dos outros professores quanto ao sistema. O nosso acesso é o mesmo, apenas visualizamos como qualquer outro, não podendo fazer nenhuma gerência ou gestão quanto a isso, posso apenas fazer a gestão do meu próprio projeto. (Assessor 08)

Pode-se constatar que cabe ao assessor, no sistema, apenas a função de auxiliar os professores na submissão e gerenciamento das propostas. No intuito de sistematizar a sua participação, foi sugerido criar um perfil para o assessor dentro do módulo de extensão do SIGAA, assim por exemplo, seria possível notificá-lo quando um professor do seu centro submete uma nova ação, tornando-o capaz de validá-la¹³ como se chefe fosse, a pedido do chefe de departamento caso este esteja impossibilitado por qualquer motivo (Assessor 06). Esse procedimento já é feito pela COPAC e agora, poderia ser feito pela assessoria, descentralizando-o.

Outra atribuição do perfil de assessor poderia ser o recebimento das frequências dos bolsistas enviadas pelos coordenadores das ações de extensão, e posteriormente o envio desses documentos à COPAC, tudo dentro do próprio sistema. Assessor 09 destacou que:

[...] quando há troca de bolsista ocorre um certo incômodo na quantidade de papeis gerados para fazer a troca. O processo poderia ser mais fácil, de forma digital, até pelo próprio SIGAA, pelo módulo de extensão. Em relação a frequência, isso podia ser melhorado, ser mais ágil e fácil, de forma automática, digital, pelo próprio sistema também. (Assessor 09)

Com a digitalização desse processo, haveria mais transparência e eficiência no serviço, seguindo os princípios constitucionais da administração pública.

¹³ Toda proposta de ação extensão, quando submetida, precisa da validação/aprovação dos chefes dos membros da equipe de execução para posterior avaliação.

4.3.2. Submissão e gerenciamento das ações

A maioria dos professores reconhece o grande avanço que o SIGAA proporcionou para a extensão na UFPB, entretanto eles relataram com frequência que o sistema era muito burocrático, pouco intuitivo e difícil de manusear. O maior número de críticas ao sistema concentrou-se nas etapas de submissão e gerenciamento das ações, diversas falhas foram apontadas explicitamente por quatro assessores e 44 professores, o equivalente a 41% dos participantes da pesquisa.

Quando questionado sobre os pontos negativos do módulo de extensão do SIGAA, o Assessor 05 afirmou:

Ponto negativo, vou falar pelos coordenadores, o que eu escuto: por exemplo quando vai fazer a proposição do projeto tem muitas informações desnecessárias, ou muito detalhadas, pro projeto é muito importante ser detalhado mas quando o professor vai depois submeter alguma ação do tipo FLUEX, curta, tem que colocar introdução, resumo, metodologia. Então o que a gente observa é que na concepção desses professores, o módulo deveria ser mais enxuto quando se tratar de uma ação de curta duração. Não sei se é viável ou possível criar uma aba dentro do módulo SIGAA para atividades mais curtas, que não fosse obrigatório preencher todos aqueles espaços quando você vai fazer, por exemplo, um evento de um dia ou dois dias. (Assessor 05)

De fato, no cadastro de uma proposta, o sistema pergunta apenas se a ação é vinculada a algum programa estratégico, a uma ação de formação continuada ou a um grupo permanente de arte e cultura, mas não permite vincular a uma ação existente. Como sugestão de melhoria para essa questão, o sistema deveria permitir o cadastro de uma nova ação vinculada a uma existente, aproveitando as informações cadastradas, não havendo necessidade de repeti-las, conforme o Assessor 08.

O gerenciamento dos membros da equipe com a ação em execução também sofreu críticas, como aponta Assessor 04:

[...] eu acho difícil no SIGAA é quando a gente vai cadastrar um membro e temos que salvar mais de uma vez, e sempre que temos mais de um membro para cadastrar temos que repetir todo o processo desde o início, se tivesse como isso ficar mais prático seria bem melhor. (Assessor 04)

Se o coordenador adicionar um único membro, não há problema, mas se ele tiver que adicionar várias pessoas o processo torna-se repetitivo, porque o sistema só permite que seja

feita uma adição de cada vez, primeiro deve-se adicionar o membro na equipe e em seguida inseri-lo em uma atividade. Ele poderia permitir a inserção de vários membros em uma única tela e só em seguida, inseri-los nas atividades, como já acontece no ato da submissão de uma proposta de ação de extensão.

O Professor 39 sugere ainda colocar numa mesma tela as atividades e os estudantes que irão executá-la com o horário flexível, pois segundo ele:

Nós trabalhamos com muitos voluntários e isso faz com que parte dos estudantes saiam da ação de extensão no meio da execução. O ideal era que a gente pudesse definir esses estudantes e estabelecer as horas dedicadas na mesma tela. Sem precisar ficar cadastrando atividade e ação em várias telas diferentes. (Professor 39)

Ainda com relação a inclusão de membros na equipe, especificamente o bolsista, o Assessor 09 destaca que “Na hora de submeter o projeto você tem a opção de incluir um bolsista, mas a seleção só é feita posteriormente. O sistema deveria impedir isso”. A sugestão seria impedir a inclusão de alunos com função de bolsista no ato da submissão de proposta, a indicação deveria ser possível apenas a aprovação da ação.

A exclusão dos membros também foi objeto de queixas por parte dos professores, como relatado pelo Professor 107:

Quando queremos remover um membro, existe um botão: remover membro, você clica e não remove o membro, oi? Aí tem que voltar, remover atividade, depois voltar, remover o membro e depois que você fez um monte de vai e vem, "lembre-se de gravar". Quando clicamos em "remover membro", tudo deveria ser removido automaticamente. (Professor 107)

Fica claro que realmente há uma falha nesse quesito, o botão de remoção deveria remover automaticamente o membro da equipe e, conseqüentemente, das atividades com as quais ele está envolvido, como sugerido pelo Professor 107.

Após inserir os membros na equipe de execução, a próxima etapa é a do cadastro de atividades, etapa esta que sofreu críticas por parte dos sujeitos da pesquisa, a começar pelo nome que a discrimina, que no sistema é: “Equipe Executora”, quando na verdade, as informações solicitadas são as atividades a serem desenvolvidas na ação de extensão. O Professor 33, por exemplo, coloca a necessidade de melhorar o cadastro dos objetivos e atividades relacionadas, pois não considera essa parte intuitiva.

Como sugestão, esta etapa poderia ser intitulada como Registro de Atividades ou algo semelhante, que seja mais condizente com o que é solicitado pelo sistema.

Ao gerenciar as atividades de uma ação em execução, quando o coordenador deseja, por exemplo, inserir ou remover um membro da atividade, alterar a descrição da atividade ou mesmo a sua carga horária, o sistema pede que o usuário aperte no botão “gravar” duas vezes, o que torna a operação confusa para os coordenadores de ação, como relata o Assessor 04:

Outra queixa dos professores é na parte de gravar objetivos, que tem que fazer duas vezes, e muitos fazem só uma vez e acham que gravou, e eles reclamam que tem que gravar duas vezes. (Assessor 04)

Nesse mesmo sentido, o Professor 105 escreve:

Inicialmente cadastramos os objetivos do projeto, depois para cadastrar cada membro tem que cadastrar (escrever) novamente os objetivos, e "gravar", não esqueça de gravar, se não o membro fica sem carga horária, pesadelo! (Professor 105)

Para o cadastro das atividades no sistema é necessário colocar um objetivo específico para a atividade. Ao se alterar uma atividade, o primeiro botão “gravar” é para salvar as informações referentes ao seu objetivo, que se encontra numa caixa de texto editável. Ao apertar esse botão, o sistema direciona o usuário para a tela com todos os objetivos cadastrados e caso o usuário queira, ele pode alterar ou cadastrar um novo objetivo e atividade. Nessa mesma tela, há um segundo botão “gravar” que finaliza a operação e salva todas as alterações feitas pelo usuário. De fato, essa parte não é intuitiva e gera críticas como as descritas anteriormente.

Como sugestão, seria interessante a inserção de um botão “Gravar e sair” ao lado do primeiro botão “Gravar”, pois assim, o coordenador que desejasse alterar apenas aquela atividade/objetivo específico poderia sair imediatamente do gerenciamento de atividades sem a necessidade de gravar duas vezes.

Dentro do presente tópico, o cadastro dos planos de trabalho foi criticado pelos sujeitos do estudo. Uma dificuldade no cadastro dos planos, relatado pelo Professor 67 foi que: “os dados de membros da equipe e os planos de trabalho para cada membro são separados, então necessita de um duplo trabalho ao mudar algum membro da equipe”.

A queixa faz sentido porque os editais exigem que os discentes das ações de extensão estejam na equipe de execução e ao mesmo tempo tenham um plano de trabalho. Por estar na equipe de execução, o discente tem que ter atividades vinculadas e o plano de trabalho, por sua vez, também pede que sejam cadastrado um cronograma de atividades para o discente, resultando realmente numa duplicidade de informações. Essa questão também foi levantada pelo Professor 09, na sua opinião:

O módulo de extensão, por ser inicial, talvez atenda às necessidades administrativas da extensão. No entanto, deixa muito a desejar ou quase nada atende as necessidades dos coordenadores de projeto durante a execução da extensão. Pontualmente vejo um primeiro inconveniente, ter que registrar duas vezes as atividades: 1) cronograma de atividades, 2) as atividades, objetivos, carga horária dos participantes.

Diante disso, o professor sugeriu a retirada do cronograma do plano de trabalho uma vez que ele poderia ser recomposto pelo cadastro das atividades e objetivos.

Outra crítica foi sobre a individualidade dos planos, muitas vezes os professores têm vários alunos que desenvolverão a mesma atividade, e ainda assim, ele tem que cadastrar vários planos de trabalho, um para cada aluno, contendo as mesmas informações. Como afirma, o Professor 18: “O preenchimento é demorado e trabalhoso, principalmente para lançar as atividades e planos dos alunos (que por vezes é igual). Tenho 8 alunos no projeto”. A sugestão é que, a um mesmo plano de trabalho, possam ser vinculados mais de um discente.

Apesar do plano de trabalho ser individual e de preenchimento obrigatório no sistema, muitas ações cadastradas no módulo de extensão do SIGAA possuem discentes como membros de equipe, mas sem plano de trabalho vinculado, ou o oposto, discentes com plano de trabalho que não estão na equipe de execução. Essa situação tornou-se evidente no ano de 2019, quando o cadastro de planos de trabalho tornou-se obrigatório, porém sem impedir a execução da ação caso o coordenador não o faça. Sobre isso, o Assessor 08 falou:

Adicionar pessoas no projeto, adicionar atividades, tudo isso é muito interessante. Agora como o negócio é feito é que temos problemas. Um exemplo que dou é que fomos fazer a apresentação da nossa ação de extensão, o observatório de dados, e encontramos uma inconsistência seria em relação aos dados de 2019 que estavam muito discrepantes, pois quando fomos ver a quantidade de alunos participantes em ações de extensão, visualizamos nos membro de equipe, só que a informação não condizia com alunos com planos de trabalho cadastrados, isso é muito errado, pois se a pessoa tem um plano de trabalho, automaticamente deveria ser membro da equipe. (Assessor 08)

Essa inconsistência nos dados também foi detectada no presente trabalho, como mencionado anteriormente (tópico 4.3), impedindo a obtenção de dados reais sobre a participação discente em ações de extensão no ano 2019.

Como meio de resolver essa situação, o sistema deveria solicitar ao coordenador que ao cadastrar um discente na equipe de execução, este seja vinculado obrigatoriamente a um plano de trabalho (Assessor 08), impedindo a existência de discentes sem planos. Vale ressaltar que, para cadastrar o plano de trabalho, primeiro é necessário que o aluno demonstre interesse em participar da ação, a partir disso, a lista dos alunos interessados aparecerá para o professor que

poderá então cadastrar o plano. Portanto, o fato do cadastro dos planos depender primeiramente dos alunos é um dos motivos pelos quais muitos discentes não possuem plano de trabalho cadastrado. Seria interessante, pois, desvincular o cadastro do plano à demonstração de interesse feita pelo discente.

A obrigatoriedade da vinculação de cada discente a um plano de trabalho corrigiria ainda um problema detectado pelo Professor 15, onde no cadastro dos relatórios parcial ou final, caso o professor não tenha colocado planos de trabalho, o sistema entende que não há discentes na ação.

Além do que foi sugerido com relação ao gerenciamento das ações, o Professor 09 fez uma sugestão a fim de melhorar a forma de monitoramento das atividades ao longo de sua execução.

Sendo um módulo de extensão e por conhecer ferramentas similares, considerando que os coordenadores já cadastram os objetivos, atividades, executores e carga horária, considerando que toda informação já está no sistema, acho extremamente relevante e necessário expandir o módulo para que, ao ser registrada uma atividade pelo coordenador, os voluntários e bolsistas designados para a atividade no projeto, possam acessar e preencher o percentual que já foi executado para a atividade. (Professor 09)

Ainda segundo o mesmo Professor, esta simples melhoria permitiria:

- 1) O acompanhamento dinâmico e em tempo real das atividades pelo coordenador do projeto;
- 2) A comparação entre planejado e executado pelo coordenador do projeto;
- 3) Gerar gráfico de Gantt¹⁴ para compor relatórios de extensão;
- 4) Acompanhamento das atividades de cada projeto/coordenador pelos assessores de extensão, possibilitando intervenção e verificação durante o projeto e não somente verificação por um relatório final;
- 5) Acompanhamento das atividades de cada projeto/coordenador pela Pró-Reitoria de Extensão, possibilitando conhecer por coordenador/projeto/departamento/centro as atividades propostas e executadas, possibilitando identificar problemas de execução no projeto. (Professor 09)

Diante de todo o exposto, percebe-se que o preenchimento de informações na submissão e gerenciamento das ações em execução, feitos no módulo de extensão do SIGAA, merece atenção por parte da gestão desempenhada pela PROEX, juntamente com a STI, na busca de melhorias no sistema de registro da extensão.

¹⁴ O gráfico ou diagrama de Gantt é uma ferramenta visual usada para ilustrar o avanço das diferentes etapas de um projeto. Foi criado pelo engenheiro americano Henry Gantt no começo do século XX.

4.3.3. Avaliação das propostas

Nos Editais da PROEX em que as ações de extensão concorrem a bolsas, as avaliações das propostas ocorrem dentro do sistema e são feitas pelos próprios propositores. Essa questão também foi objeto de críticas por parte dos sujeitos da pesquisa.

O Assessor 03 relatou que “o pessoal reclama [...] que na hora de avaliar o projeto não aparece o nome do avaliador, mas quando buscamos a ação na busca, aparece o projeto na íntegra, tornando falha a avaliação”. Esse problema também foi observado por outros docentes, a exemplo do Professor 86, que disse: “Durante o processo de avaliação os projetos deveriam ser restritos, pois você consegue procurar o projeto mesmo durante o período de avaliação”. Com isso, de fato, a garantia do anonimato quanto ao proponente da ação no processo de avaliação torna-se prejudicada.

Uma alternativa para garantir o anonimato das propostas seria o bloqueio da visualização do proponente da ação até que esta fosse aprovada e colocada em execução. Outra sugestão colocada pelos professores para melhorar a avaliação foi a adoção de avaliadores externos à Instituição (Assessor 03; Professor 32; Professor 87), esta é uma ótima sugestão, mas talvez de difícil execução, justamente por envolver outras instituições.

Por fim, no tocante a avaliação das propostas, foi mencionada a alteração na formatação dos textos após serem colocados no sistema, o que pode prejudicar a avaliação (Assessor 03). O Professor 50 enfatiza:

O SIGAA desconfigura o texto colado nas caixas, o que torna muito difícil a leitura quando da avaliação dos projetos, por exemplo, porque o texto perde parágrafos, a fonte fica minúscula e o projeto resta confuso. (Professor 50)

A sugestão, portanto, é o que o sistema mantenha a formatação original dos textos.

4.3.4. Inscrições e gerenciamento de participantes em cursos e eventos

Cursos e eventos são modalidades de ação de extensão (vide Quadro 02) em que o coordenador deve abrir inscrições para a comunidade. Quanto a este assunto, alguns professores fizeram críticas ao sistema. O Assessor 02 relata:

O módulo apresenta facilidades de acesso para a comunidade acadêmica, entretanto, para o público externo é muito difícil o acesso para inscrições nas ações, devido à burocracia exigida por documentos, ainda quando o público externo é oriundo de comunidades carentes. (Assessor 02)

Ainda nesse contexto, o professor 109 complementa:

Muitas vezes as pessoas tem dificuldade de realizar a inscrição pelo SIGAA e por isso ficam sem certificado. O ideal seria que as inscrições fossem mais simples e exigissem menos dados, assim a equipe responsável pelo curso poderia ela mesma realizar as inscrições das pessoas que tem dificuldade, garantindo assim que seu certificado seria gerado sem problemas. (Professor 109)

No sentido de melhorar esse processo, o Professor 42 fez o seguinte comentário:

Na parte das inscrições via SIGAA para os eventos de extensão, na maioria dos casos dos cursos tivemos problemas, ou porque os participantes se inscreviam mas não recebiam o e-mail de confirmação do cadastro e isso ia se prolongando, ou porque se registravam na atividade geral e depois não se inscreviam nas miniatividades. Uma sugestão é que fosse possível que a inscrição se assemelhasse aos Formulários Google, e que pudesse ser feita sem login ou que esse fosse opcional. (Professor 42)

É possível a inclusão de miniatividades ou minicursos dentro de cursos e eventos cadastrados no sistema, permitindo inclusive a abertura de inscrições específicas para esses minieventos. O problema é que, para abrir a inscrição de um minievento contido num evento maior, o sistema exige que primeiro se abra a inscrição para o evento principal e só após isso, abra a inscrição para o minievento. Do mesmo modo, no ato da inscrição, o sistema só permite que o participante se inscreva no minievento de interesse se antes ele se inscrever no evento geral, gerando a necessidade de uma dupla inscrição e dificultando o acesso dos participantes. Nesse sentido, o Assessor 06 sugere:

A inscrição para o externo poderia ser mais simples ou menos redundante. O interessado ao se inscrever na atividade geral poderia ter a opção de escolher e indicar a miniatividade sem a necessidade de retornar a página/tela inicial. Dessa maneira, poderia ter lacunas, parênteses, oportunizando a escolha, e o sistema bloqueando caso coincida atividade (do mesmo dia e horário). (Assessor 06)

No que tange ao gerenciamento de cursos e eventos, o Assessor 06 ainda sugere:

Liberar a permissão para servidores membros de execução dos cursos e eventos a oportunidade de gerenciamento de participantes, a fim de compartilhar responsabilidade e promover agilidade. Com relação ao gerenciamento de participantes, o responsável não necessitar repetir a

inclusão do "participante" a cada miniatividade, podendo ter uma opção de selecionar e indicar a cada ação que este fizer parte. (Assessor 06)

Convém mencionar que, no cadastro da equipe executora da ação há a opção de permitir o gerenciamento de participantes pelo membro da equipe, mas até o momento das entrevistas feitas nesse estudo, esta aplicação não funcionava. No começo do ano 2020, esta funcionalidade tornou-se ativa.

4.3.5. Tutoriais e capacitação

Várias foram as sugestões para que fossem disponibilizados tutoriais de como proceder no módulo de extensão do SIGAA. A COPAC já disponibiliza em seu site tutoriais em pdf para as mais diversas situações de uso do sistema, como inclusive mencionado pelo Assessor 01:

Muitos sistemas possuem falhas e o módulo de extensão não foge a esta realidade. Ele é um pouco complexo para entender o seu funcionamento e requer do coordenador um certo conhecimento para gerenciar sua ação. Porém tanto a Assessoria de Extensão quanto a PROEX criam tutoriais para ajudar nesse processo. (Assessor 01)

Apesar disso, alguns professores sugeriram a elaboração de tutoriais em vídeo, o que facilitaria o entendimento. Outra sugestão relevante foi colocada pelo Professor 108, que sugeriu a criação de caixas de explicação, como descrito a seguir:

Em relação à utilização do menu do sistema, alguns itens não são intuitivos e falta uma caixa de explicação ao lado do campo a ser preenchido, o que facilitaria o trabalho do coordenador, evitando dúvidas no preenchimento e conseqüentemente a elaboração de ações com informações incorretas e o posterior retrabalho para correção, como por exemplo, no preenchimento da programação deveria haver alguma caixa com a explicação e com as informações que devem constar, além de ressaltar que o texto colocado neste campo é que constará no verso do certificado emitido para aquela ação. (Professor 108)

Corroborando com a sugestão acima, o Assessor 05 relata:

As caixas de ajuda dentro do sistema seriam interessantes para evitar erros como o de preenchimento da carga horária, pois o sistema não explica que deve ser colocada a carga horária total da ação, resultando em muitos erros de preenchimento e na submissão do relatório final. (Assessor 05)

Adicionalmente, o Professor 108, recomendou:

[...] a disponibilização de um FAQ no site da coordenação responsável, com as perguntas mais frequentes e suas respectivas respostas, elaboradas e atualizadas pelos funcionários do setor que prestam atendimento aos membros envolvidos em ações de extensão. (Professor 108)

Por fim, mas não menos importante, foi sugerida a realização de capacitações periódicas junto à comunidade acadêmica sobre o módulo e suas atualizações (Professor 68), como também “para melhor entendimento sobre a aplicação da extensão como um dos tripés da UFPB de grande importância para a sociedade” (Assessor 02).

As capacitações são importantes, não apenas para melhorar a utilização e aceitabilidade do sistema de registro das ações de extensão, mas também para consolidar o processo de institucionalização da extensão na UFPB.

Outras sugestões de caráter mais geral foram feitas por vários professores e estão descritas no quadro 06, junto com o resumo das sugestões discutidas no presente tópico.

Quadro 06: Resumo das sugestões de melhorias para o módulo de extensão do SIGAA propostas pelos professores e assessores de extensão

Papel do assessor de extensão
<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar um perfil de assessor de extensão dentro no módulo 2. Dar ao assessor a função de validar as ações de extensão 3. Dar ao assessor a função de receber a frequência dos bolsistas e enviá-las à COPAC
Submissão e preenchimento de ações
<ol style="list-style-type: none"> 1. Permitir o cadastro de uma nova ação vinculada a uma existente, aproveitando as informações cadastradas, não havendo necessidade de repeti-las 2. Na etapa de gerenciamento da ação em execução, permitir a inserção de vários membros em uma única tela e só em seguida, inseri-los nas atividades 3. Colocar numa mesma tela as atividades e os estudantes que irão executá-la com o horário flexível 4. Impedir a inclusão de alunos com função de bolsista no ato da submissão da proposta, tornando-a possível apenas após aprovação da ação 5. Tornar o botão “remover membro” funcional, para que o membro seja automaticamente removido da equipe e das atividades com as quais está envolvido

<ol style="list-style-type: none"> 6. Tocar o título da etapa “Equipe Executora” por “Registro de Atividades” ou algo semelhante, que seja mais condizente com o que é solicitado pelo sistema 7. Inserir um botão “Gravar e sair” ao lado do primeiro botão “Gravar” na tela de gerenciamento de atividades e objetivos 8. Retirar o cronograma do plano de trabalho, sincronizando as informações com o cadastro das atividades e objetivos 9. Permitir a vinculação de mais de um discente em um mesmo plano de trabalho 10. Vincular obrigatoriamente todo discente na equipe de execução a um plano de trabalho 11. Desvincular o cadastro do plano de trabalho à demonstração de interesse feita pelo aluno 12. Permitir aos bolsistas o preenchimento do percentual de atividades já executadas por eles para sistematizar o acompanhamento do seu trabalho
Avaliação das propostas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Bloqueio da visualização do proponente da ação submetida à seleção até que esta seja aprovada e colocada em execução, bloqueando o acesso a ação na busca geral 2. Inserir avaliadores <i>ad hoc</i> 3. Manter a formatação original dos textos
Inscrições e gerenciamento de cursos e eventos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tornar mais fácil o acesso do público externo aos cursos e eventos 2. Simplificar a inscrição e exigir menos dados 3. Permitir ao interessado se inscrever no evento geral e no minievento sem a necessidade de voltar à tela inicial 4. Não necessitar repetir a inclusão do "participante" a cada miniatividade, podendo ter uma opção de selecionar e indicar a cada ação que este fizer parte 5. Permitir que servidores membros de execução possam gerenciar os participantes
Tutoriais e capacitação
<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar tutoriais em vídeo 2. Inserir caixas de explicação dentro do módulo 3. Elaborar um FAQ e disponibilizá-lo na página da PROEX 4. Realizar capacitações periódicas sobre o módulo e sobre a extensão universitária em si

Outras sugestões
<ol style="list-style-type: none">1. Melhorar o layout da página2. Permitir uma personalização maior no preenchimento das propostas conforme suas características específicas3. Permitir o resgate de dados antigos referentes a ações anteriores à implantação do SIGAA4. Permitir a geração de relatórios mais diversificados e indicadores de avaliação5. Permitir a construção de um instrumento de avaliação para cada ação

Fonte: A autoria própria (2019)

Com base em tudo o que foi apresentado sobre o módulo de extensão do SIGAA, percebe-se que a sua implantação permitiu um grande avanço para a instituição no registro de dados da extensão, destacando a certificação digital. Como bem colocado pelo Assessor 01, “problemas surgem em vários sistemas, mas o módulo vem sofrendo contínuas mudanças e adaptações para se adequar às necessidades da UFPB. Com o passar do tempo a comunidade acadêmica está aprendendo a usá-lo e a tendência é aprimorá-lo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, as universidades brasileiras vêm evoluindo quanto a institucionalização da extensão. Eventos ocorridos no âmbito nacional como a criação do FORPOREX e a Constituição de 1988, influenciaram significativamente esse processo. A UFPB não só acompanhou as mudanças ocorridas, sofrendo grande influência dessas, mas também contribuiu efetivamente para que a extensão universitária se fortalecesse enquanto função acadêmica e social.

Destaca-se por exemplo, a participação da UFPB no Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA), decisivo para a formação do conceito de extensão no FORPROEX; a iniciativa de desenvolver seu próprio sistema de registro da extensão, o BANDEX, antes mesmo da recomendação nacional para utilização do SIEX/Brasil; além de sediar o I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), cujas discussões embasaram a implantação do PROEXT. Esses eventos fortaleceram a extensão não só na UFPB, mas em todo o país.

Atualmente, um dos objetivos das IES é a inserção da extensão na matriz curricular dos cursos de graduação, conforme disposto na Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação/MEC. Portanto, é de fundamental importância que as instituições possuam um sistema de registro moderno, prático e eficiente para as ações de extensão. A UFPB, com a implantação do módulo de extensão do SIGAA, parece estar no caminho certo.

O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de avançar na compreensão sobre o processo de institucionalização da extensão na UFPB mediante o registro das suas ações. O módulo de extensão do SIGAA foi objeto da pesquisa partindo do pressuposto de que foi um sistema recentemente implantado, cujo uso ainda está em fase de adaptação por parte da comunidade universitária.

Com base nos relatórios gerados pelo módulo supracitado, foi possível observar a produção extensionista da UFPB no período de 2017 a 2019. Houve uma evolução positiva da extensão, com um aumento no número de ações e bolsas, maior adesão docente, discente e da comunidade externa à UFPB, materializando assim as metas expostas no Plano de Desenvolvimento Institucional dessa instituição.

O registro das atividades de extensão apresenta-se como uma ação importante para o corpo docente da UFPB, que reconhece nessa prática um meio auxiliar para o fortalecimento e a valorização da extensão universitária. A partir da pesquisa realizada junto aos docentes e assessores de extensão foi possível constatar que o módulo de extensão do SIGAA é bem aceito pelos sujeitos do estudo, que o consideram satisfatório enquanto instrumento de registro.

Para a grande maioria dos participantes da pesquisa, o sistema permitiu um grande avanço na informatização dos dados referentes à extensão, especialmente com relação à certificação digital das ações. Entretanto, grande parte também concorda que o sistema precisa ser melhorado.

Foram levantadas algumas questões principais como a dificuldade de acesso ao sistema pelo público externo e reivindicações quanto ao gerenciamento das ações, que segundo os participantes da pesquisa, tem o preenchimento repetitivo, trabalhoso e pouco intuitivo, desestimulando muitas vezes o usuário a fazê-lo. Com base nisso, foram sugeridas algumas melhorias que serão apresentadas à PROEX/UFPB, contribuindo para aperfeiçoar o sistema e ampliar a adesão dos docentes à prática extensionista e ao registro de suas ações de extensão, institucionalizando-as.

Não são raros os casos em que docentes executam ações com características de extensão, mas não efetuam o registro, ou porque o sistema é complexo ou porque não sabem fazê-lo. Portanto, um sistema mais fácil e prático, além de uma boa publicidade, aumentaria a quantidade de registros das ações de extensão. Outros avanços como o aumento dos recursos destinados à extensão, por exemplo, poderiam ser conquistados devido ao crescimento substancial de ações registradas.

Uma das limitações do estudo foi a baixa adesão dos sujeitos, uma vez que apenas um pequeno percentual dos docentes extensionistas se disponibilizou a participar da pesquisa. Além disso, foram encontrados poucos trabalhos com foco no registro das ações de extensão e nos sistemas integrados de gestão (SIG).

Apesar disso, o trabalho foi importante porque avaliou o módulo de extensão do SIGAA sob a perspectiva dos docentes, usuários mais frequentes do sistema, dando-os a oportunidade de exporem o que pensam sobre o módulo e proporem modificações que achem necessárias. Os dados obtidos servirão de base para o aperfeiçoamento do sistema como também para trabalhos futuros, a exemplo de estudos sobre o sistema na perspectiva dos discente ou dos chefes dos diversos setores da UFPB.

Além disso, outras dimensões de pesquisa podem surgir no campo da extensão universitária a partir do módulo de extensão do SIGAA, como a avaliação da extensão em termos de concepção de projetos, se as temáticas se alinham com o FORPROEX, se a UFPB continua trabalhando a perspectiva da extensão na educação popular e se há inserção social nas ações de extensão promovidas nesta IES. A partir do SIGAA, pode-se investigar a extensão universitária em seu conteúdo, percepção e perspectiva ideológica dentro de um projeto de universidade que se almeja alcançar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, B.; CORREIA, W.; CAMPOS, F. **Uso da Escala Likert na Análise de Jogos. SBC - Proceedings of SBGames**. X SBGames, Salvador - BA, Nov., 2011.

ARAUJO, D. C. A.. **Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) na UFPB: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. 108 p. João Pessoa-PB: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

ARAÚJO, L. E. A extensão da UFPB no século XXI. **UFPB Extra Muros**. Jornal de Responsabilidade da Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB. Ano II, Número 4. 2017.

BAUDEL, R. M. **Condicionantes e Resultados da Utilização de um Novo Sistema de Informações Gerenciais: um Estudo da Adoção do SIGProj na Extensão da UFPE**. Dissertação de Mestrado. 188 p. Recife – PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em agosto de 2017.

_____. **Decreto nº 65.464, de 21 de outubro de 1969**. Aprova o Estatuto da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65464-21-outubro-1969-407037-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em fevereiro de 2020.

_____. **Decreto nº 50.148, de 27 de janeiro de 1961**. Aprova o Estatuto da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50148-27-janeiro-1961-389944-norma-pe.html>>. Acesso em fevereiro de 2020.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em fevereiro de 2020.

_____. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília-DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em janeiro de 2020.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em janeiro de 2020.

_____. **Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960.** Federaliza a Universidade da Paraíba, e dá outras providências. Brasília-DF, 1960. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3835-13-dezembro-1960-354392-normaatuizada-pl.html>>. Acesso em fevereiro de 2020.

_____. **Portaria MEC nº 3.198 de 21 de novembro de 2002.** Aprova o Estatuto da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sods/contents/menu/estatuto>>. Acesso em janeiro de 2020.

_____. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília-DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em julho de 2019.

BOTOMÉ, S. P.. **Pesquisa alienada e ensino alienante- o equívoco da extensão universitária.** Petrópolis, RJ, Editora da Universidade de São Carlos; Caixas do Sul, RS, Editora da Universidade de Caxias do Sul. 1996.

_____. **Extensão universitária no Brasil: a administração de um equívoco.** São Carlos, SP, 1992.

CABRAL, NG. **SABERES EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Contradições, tensões, desafios e desassossegos.** 2012. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.

CARNEIRO, M. A. **Extensão Universitária: versão e perversões: estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do Nordeste**, 1985. In: SERRANO, RMSM. Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: a regulação e a emancipação. Tese de Doutorado. 196 p. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

CUNHA, L.A.C.R. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DUARTE, J. S. **As contribuições da extensão universitária para o processo de aprendizagem, a prática da cidadania e o exercício profissional**. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social. Extensão, limites e perspectivas**. Tese de doutorado. 1985. 170 p. Campinas: Universidade estadual de Campinas.

FERREIRA, LFG. Sistemas de Informação sobre extensão universitária: o caso da UFPB. **Participação – Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília**. Ano 5, n. 10, nov 2001.

FONSECA, J. J. S.. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORPROEX. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Carta de Manaus** (31: 2012). Manaus, 2012.

_____. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. (Coleção Extensão Universitária; v.6). Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

_____. **Anais** (7:1993). Cuiabá: Editora da UFMT, 1994a.

_____. **Sumário do documento final** (8:1994). Vitória, 1994b.

_____. **Documentos finais** (1-3: 1987 – 1989). Florianópolis: Ed da UFSC, 1990.

FREITAS NETO, José Alves de. A Reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista de ensino superior da UNICAMP**, junho 2011; Disponível em:

<http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf>. Acesso em janeiro de 2020

FURTADO, C. **Brasil, a construção interrompida**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GURGEL, M.R. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez Autores Associados. Universidade Federal do Ceará, 1986.

JEZINE, E. **A Crise da Universidade e o Compromisso Social da Extensão Universitária**. João Pessoa- PB: Editora Universitária, 2006.

KOCHHANN, A. **Extensão Universitária no Brasil: compreendendo sua historicidade**. Anais da VI Semana de Integração Inhumas: UEG, p. 546-557, 2017.

LAKATOS, E. M.. **Sociologia Geral**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, O. CRUTAC E CINCRUTAC. Treinamento rural universitário, prestação de serviço à comunidade. **Natal: Imprensa Universitária**, 1972.

MALHOTRA, Naresh, K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de Marketing**. Edição Compacta. Atlas. São Paulo: 2000.

MEC.SESU. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – SESU. **Documento Básico Avaliação Das Universidades Brasileiras Uma Proposta Nacional**. Brasília, 1993. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/docbas.pdf>>. Acesso em novembro de 2018.

MELO NETO, J.F. **Extensão Universitária: bases ontológicas**. In: MELO NETO, J. F. (Org.). **Extensão Universitária: diálogos populares**. 1ed. João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, v. 1, p. 13-33, 2002.

_____. **Extensão universitária: uma análise crítica.** João Pessoa: Editora Universitária, 2001. Disponível em:
<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_1_2001_extensao_universitaria_-_uma_analise_critica.pdf>. Acesso em novembro de 2018.

_____. **Extensão Universitária: uma avaliação de Trabalho social.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.

MIGUENS JR, S.A.Q.; CELESTE, R.K. **A extensão universitária.** 2014. Disponível em
<https://www.researchgate.net/publication/253645827_A_EXTENSAO_UNIVERSITARIA_-_Capitulo_de_Livro>. Acesso em novembro de 2018.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: vozes, 2001.

MIRRA, E. **A ciência que sonha e o verso que investiga.** São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

MORAES, J. A. Entrevista concedida a Luiz Daniel Costa Falcão. João Pessoa, 12 de dezembro de 2019.

MOREIRA, I. T. Entrevista concedida a Júlio Américo para a revista de extensão em 2008. In: SERRANO, RMSM. **Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: a regulação e a emancipação.** Tese de Doutorado. 196 p. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. In: FARIA, D. S. (Org). **Construção Conceitual da Extensão na America Latina.** Brasília: Editora UNB, 2001.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração.** Manual (Pós-Graduação). Catalão: UFG, 2011.

PAIVA, V.P. **Educação Popular e educação de adultos.** 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1985.

PARAÍBA. **Lei no 1366 de 02 de dezembro de 1955**. Cria a Universidade da Paraíba e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/acesoainformacao/contents/documentos/lei-estadual-de-criacao-da-ufpb-1955.pdf/view>>. Acesso em janeiro de 2020.

PAULA, J.A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces – Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013.

PEREIRA, J. R. F. C. R.; SCHENA, M. L. R. . Análise Descritiva do Sistema Gestor de Projetos (SGPJ) da PROEX Pró-Reitoria de Extensão da Unioeste. In: BAUDEL, R. M. **Condicionantes e Resultados da Utilização de um Novo Sistema de Informações Gerenciais: um Estudo da Adoção do SIGProj na Extensão da UFPE**. Dissertação de Mestrado. 188 p. Recife – PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2016

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C.. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, R.H. A institucionalização da extensão. In: **Educação Brasileira**, v. 14, n. 28. p. 67-81, 1992.

ROCHA, R.M.G. **Extensão universitária: extensão ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ce. 1986.

SANTOS FILHO, J. **Reflexões sobre a Evolução Histórica dos Fundamentos Teóricos da Extensão**. Maringá, 1993.

SCOCUGLIA, A. C. **Educação de jovens e adultos: histórias e memórias da década de 60**. Campinas: SP Autores Associados, 2003.

SERRANO, R. M. S. M. **Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: a regulação e a emancipação**. Tese de Doutorado. 196 p. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

SIGPROJ – **Sistema de Informação e Gestão de Projetos**. Site oficial. Disponível em: <<http://sigproj.ufpj.br/?goTo=what&plataforma=0>>. Acesso em julho de 2019.

SINFO/UFRN. Superintendência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Sistemas Institucionais Integrados de Gestão – SIG**. Disponível em: <<https://docs.info.ufrn.br/doku.php>>. Acesso em janeiro de 2020.

SOUSA, A.L.L. **O papel articulador da Extensão Universitária**. Rev. Do Decanato de Extensão da UnB, ano 04, nº 7, Julho, 2000a

_____. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000b.

_____. **A história da extensão universitária a partir de seus interlocutores**. Dissertação de Mestrado. 1995. 366 p. Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO, 1995.

UFAL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Sistemas Institucionais Integrados de Gestão – SIG**. Disponível em <<http://www.ufal.edu.br/sig/sig>>. Acesso em julho de 2019.

UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório de Gestão – 2018**. João Pessoa-PB, 2019. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/relatorio-de-gestao>>. Acesso em 17 de julho de 2019.

_____. **Relatório de Gestão – 2017**. João Pessoa-PB, 2018. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2017/view>>. Acesso em janeiro de 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. João Pessoa-PB, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/PDI%20UFPB%202014-2018_Final3%20-27.05.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

_____. **Resolução nº 61 de outubro de 2014**. Regulamenta as atividades de Extensão da UFPB e dá outras providências. Disponível em: <<http://plone.ufpb.br/prac/contents/paginas/portaarquivos/resolucao-atividades-de-extensao-no-61-2014.pdf>>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Resolução nº 09 de março de 1993**. Regulamenta as atividades de Extensão da UFPB e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cear.ufpb.br/arquivos/resolucoes/Extensao%20-%20Resolucao%2009-93.pdf>>. Acesso em julho de 2019.

_____. **Resolução 31/1978 do CONSEPE.** In: SERRANO, R. M. S. M. Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: a regulação e a emancipação. Tese de Doutorado. 196 p. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

VIERO, TV.; TAUCHEN, G. **Programa de extensão universitária: análise das concepções e perspectivas no âmbito da Educação em Ciências.** IX Anped Sul 2012, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Universidade de Caxias do Sul. jul./ago., 2012.

VILLAR FILHO, O. C. UFPB EXTRA MUROS - Editorial. **UFPB Extra Muros** – Jornal de Responsabilidade da Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB. Ano I, Número 1. 2015.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MPPGAV



CONVITE

Prezado(a),

Eu, LUIZ DANIEL COSTA FALCÃO, sou Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV da UFPB, sob orientação da Prof^a. Dr^a. EDINEIDE JEZINE MESQUITA ARAÚJO. Estamos realizando o estudo intitulado “**A institucionalidade da Extensão Universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos docentes extensionistas da Universidade Federal da Paraíba**”, que tem como objetivo avaliar a aplicabilidade do módulo de Extensão do SIGAA enquanto instrumento de registro das ações de extensão sob a ótica do corpo docente desta Instituição. A presente pesquisa permitirá uma avaliação criteriosa e participativa sobre o módulo recentemente implantado com a proposição de melhorias ao sistema junto à Pró-reitora de Extensão da UFPB. Diante do exposto, gostaríamos de solicitar a sua participação, respondendo a um questionário. Ao clicar na opção *PRÓXIMA*, você terá acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e caso concorde em participar da pesquisa será direcionado ao questionário. Ressaltamos que sua participação é voluntária e sigilosa, sendo os dados apresentados em eventos de natureza científica e/ou publicados, sem expor a identidade dos participantes. Você receberá no e-mail cadastrado uma cópia das suas respostas e do TCLE.

Desde já agradecemos sua atenção!

QUESTIONÁRIO

PARTE I – Identificação

1- Marque um X em seu Centro de origem:

- | | | | |
|----------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| <input type="checkbox"/> CBIOTEC | <input type="checkbox"/> CCA | <input type="checkbox"/> CCAE | <input type="checkbox"/> CCEN |
| <input type="checkbox"/> CCHLA | <input type="checkbox"/> CCHSA | <input type="checkbox"/> CCJ | <input type="checkbox"/> CCM |
| <input type="checkbox"/> CCS | <input type="checkbox"/> CCSA | <input type="checkbox"/> CCTA | <input type="checkbox"/> CE |
| <input type="checkbox"/> CEAR | <input type="checkbox"/> CI | <input type="checkbox"/> CT | <input type="checkbox"/> CTDR |

2- Você submeteu ações de extensão nos últimos 3 (três) anos?

- Sim Não

3- Quais atividades extensionistas você executou ou executa nesse período? (permite mais de uma resposta)

- Cursos
 Eventos

- Produtos
- Programas
- Projetos

4- Qual a finalidade do registro das ações de extensão universitária? (permite mais de uma resposta)

- | | |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Apenas uma atividade formal da Instituição | <input type="checkbox"/> Prestar contas a órgãos nacionais específicos |
| <input type="checkbox"/> Arquivar os dados institucionais | <input type="checkbox"/> Usar os dados para obtenção de recursos para a extensão |
| <input type="checkbox"/> Usar os dados para elaboração de outras ações | <input type="checkbox"/> Criar metas e planos de ação para melhorar a extensão |
| <input type="checkbox"/> Manter os dados institucionais atualizados | <input type="checkbox"/> Avaliar a progressão da extensão ao longo dos anos |
| <input type="checkbox"/> Prestar contas aos Conselhos Universitários | <input type="checkbox"/> Permitir que a extensão desempenhe sua função acadêmica e social |

PARTE II – As questões abaixo permitem a marcação de apenas uma alternativa.

5- O módulo de Extensão do SIGAA atende às expectativas enquanto sistema de registro de dados da extensão na UFPB.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo e nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

6- As etapas de submissão de uma proposta de ação no Módulo de Extensão do SIGAA são de preenchimento simples e intuitivo.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo e nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

7- A avaliação das propostas submetidas ao Edital PROBEX no Módulo Extensão do SIGAA é de fácil execução.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo e nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

8- A avaliação das propostas submetidas ao Edital PROBEX no Módulo Extensão do SIGAA ocorre de maneira imparcial, sendo garantido o anonimato do proponente.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo e nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

9- A abertura de inscrições em cursos e eventos no Módulo Extensão do SIGAA é de fácil execução.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo e nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

10- O gerenciamento de participantes em cursos e eventos no Módulo Extensão do SIGAA é de fácil execução.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo e nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

11- O preenchimento e a submissão dos relatórios parciais e finais no Módulo Extensão do SIGAA ocorre de modo descomplicado.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo e nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

12- A emissão de declarações e certificações pelo Módulo Extensão do SIGAA é simples.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não discordo e nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

13- O Módulo Extensão do SIGAA apresenta problemas quanto ao registro das ações de extensão.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

- Não discordo e nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

PARTE III

14- Escreva sugestões para melhorar o Módulo Extensão do SIGAA:

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MPPGAV



CONVITE

Prezado(a) Assessor(a) de Extensão,

Eu, LUIZ DANIEL COSTA FALCÃO, sou Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV da UFPB, sob orientação da Prof^a. Dr^a. EDINEIDE JEZINE MESQUITA ARAÚJO. Estamos realizando o estudo intitulado “**A institucionalidade da Extensão Universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos docentes extensionistas da Universidade Federal da Paraíba**”, que tem como objetivo avaliar a aplicabilidade do módulo de Extensão do SIGAA enquanto instrumento de registro das ações de extensão. A presente pesquisa permitirá uma avaliação criteriosa e participativa sobre o módulo recentemente implantado visando à proposição de melhorias ao sistema junto à Pró-reitora de Extensão da UFPB. **Diante do exposto, gostaríamos de convidá-lo a participar da nossa pesquisa por meio de uma entrevista.** Ressaltamos que a sua participação é voluntária e sigilosa, sendo os dados apresentados em eventos de natureza científica e/ou publicados, sem expor a identidade dos participantes. **Caso aceite participar, responda este e-mail para marcarmos o dia e horário da entrevista conforme a sua conveniência. Desde já, agradecemos sua atenção.**

QUESTÕES

1. Na qualidade de assessor(a) de extensão, o que você tem a dizer sobre o Módulo de Extensão do SIGAA?
2. Quais são os pontos positivos do Módulo de Extensão do SIGAA em relação aos sistemas de registro de extensão utilizados pela UFPB anteriormente, a exemplo do SIGPROJ?
3. E quanto aos pontos negativos do Módulo de Extensão do SIGAA, o que você tem a dizer?
4. Quais são as dúvidas e queixas que você recebe dos docentes do seu Centro em relação do Módulo de Extensão do SIGAA?
5. Com base na sua experiência como assessor(a) de extensão, que sugestões você daria para melhorar o Módulo de Extensão do SIGAA?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “**A INSTITUCIONALIDADE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DO SIGAA: PERSPECTIVA DOS DOCENTES EXTENSIONISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**”, desenvolvida por **LUIZ DANIEL COSTA FALCÃO**, aluno regularmente matriculado no **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MPPGAV** do **CENTRO DE EDUCAÇÃO** da **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, sob a orientação da professora **EDINEIDE JEZINE MESQUITA ARAÚJO**.

O objetivo geral da pesquisa consiste em avaliar a aplicabilidade do módulo de Extensão do SIGAA enquanto instrumento de registro das ações de extensão na perspectiva dos docentes extensionistas da Universidade Federal da Paraíba. Os objetivos específicos incluem: 1. Analisar quantitativamente a participação do corpo docente nas atividades extensionistas da UFPB, verificando o número de projetos, bolsas e o financiamento destinado às ações de extensão após a implantação do módulo de Extensão do SIGAA; 2. Pesquisar opiniões dos professores extensionistas e assessores de extensão sobre o registro das ações feito pelo SIGAA – UFPB; 3. Identificar quais fatores podem contribuir para um melhor registro e gerenciamento das ações de extensão pelo SIGAA, propondo melhorias no sistema de registro junto à gestão feita pela PRAC-UFPB.

O presente estudo justifica-se por se tratar de uma avaliação criteriosa e participativa sobre o módulo de Extensão do SIGAA, recentemente implantado na UFPB, a partir da qual serão identificadas limitações no sistema de registro e com isso poderão ser propostas melhorias ao sistema junto à Pró-reitoria de Extensão da Instituição. Portanto, a participação do(a) sr.(a) na presente pesquisa é de fundamental importância conforme os objetivos do estudo, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário e/ou a entrevista, para que isso não venha a ocorrer, poderá ser escolhido um local privado sem a interferência de pessoas alheias ao estudo, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos sob nº 086564/2019. Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso das minhas respostas na apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável, como trata-se de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável quanto por mim.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2019.

LUIZ DANIEL COSTA FALCÃO

Pesquisador responsável

Participante da Pesquisa

Pesquisador Responsável: LUIZ DANIEL COSTA FALCÃO

Endereço do Pesquisador Responsável: Rua Bancário Waldemar de Mesquita Accioly , 1335 – Bancários. – João Pessoa-PB - CEP: 58.051-420 - Fone: (83) 99981-4469 - E-mail: danielfalcao5@hotmail.com

E-mail do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba: eticaccs@ccs.ufpb.br – fone: (83) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791

Endereço: Cidade Universitária – Campus I – Conj. Castelo Branco – CCS/UFPB – João Pessoa-PB - CEP 58.051-900

ANEXO 1

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A institucionalidade da Extensão Universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos docentes extensionistas da área de saúde da Universidade Federal da Paraíba.

Pesquisador: LUIZ DANIEL COSTA FALCAO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 17349019.5.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.475.320

Apresentação do Projeto:

TEMA PERTINENTE, ATUAL E DESAFIADOR A COMPROVAÇÃO QUE DIFERENTES ÁREAS DE CONHECIMENTO MERECEM CONSIDERAR AS DIFERENÇAS

Objetivo da Pesquisa:

CORRESPONDE AOS PASSOS DA PESQUISA

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

INERENTES A UMA PESQUISA DESSA NATUREZA

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

INTERESSANTE E DESAFIADORA NO SENTIDO DE REVELAR AS DIFICULDADES DOS

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

ATENDE AS EXIGÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Recomendações:

NENHUMA

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

NENHUMA

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.475.320

Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1321467.pdf	13/06/2019 09:03:58		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TERMOS_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	13/06/2019 09:03:34	LUIZ DANIEL COSTA FALCAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	4_PROJETO_DETALHADO.pdf	13/06/2019 09:02:36	LUIZ DANIEL COSTA FALCAO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_DECLARACAO_DE_INSTITUICAO_E_INFRAESTRUTURA.PDF	13/06/2019 09:01:26	LUIZ DANIEL COSTA FALCAO	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO_DO_PROJETO_PELo_PROGRAMA.PDF	13/06/2019 09:00:45	LUIZ DANIEL COSTA FALCAO	Aceito
Folha de Rosto	1_FOLHA_DE_ROSTO.PDF	13/06/2019 08:59:58	LUIZ DANIEL COSTA FALCAO	Aceito
Orçamento	6_PREVISAO_ORCAMENTARIA.pdf	11/06/2019 10:38:40	LUIZ DANIEL COSTA FALCAO	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pdf	11/06/2019 10:38:29	LUIZ DANIEL COSTA FALCAO	Aceito
Outros	8_ROTIEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	11/06/2019 10:33:03	LUIZ DANIEL COSTA FALCAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.475.320

JOAO PESSOA, 30 de Julho de 2019

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br